

Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana

Eudes Campos

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís,
Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo

RESUMO: O presente artigo dedica-se a recuperar a memória de antigos palacetes erguidos nas proximidades da Estação da Luz a partir do início da segunda metade do século XIX. Foi por essa época que a região se tornou o primeiro bairro residencial de elite da cidade de São Paulo, concentrando palacetes que expressaram elaborações locais de vertentes do Neoclassicismo e do Ecletismo arquitetônicos. Pretende-se, assim, abordar os processos de interpretação que caracterizaram essa produção arquitetônica.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Neoclassicismo. Ecletismo. Palacetes. Luz. São Paulo.

ABSTRACT: The present article is dedicated to recover the memory of the old mansions built in the region of Luz Railway Station, from the beginning of the second half of the 19th Century onwards. It was around that time that the region became São Paulo elite's first residential neighbourhood, concentrating mansions that expressed the local elaborations of architectural Neo-classicism and Eclecticism. One intends to approach the interpretation processes that characterised such architectural production.

KEYWORDS: Architecture. Neoclassicism. Eclecticism. Mansions. Luz. São Paulo.

Introdução

Nossa principal intenção no presente estudo é recuperar a memória de antigos palacetes erguidos durante a segunda metade do século XIX na parte da cidade que crescera em direção ao Mosteiro da Luz e que ganhara impulso a partir da construção da ferrovia, inaugurada em 1867. Assim, desde meados do oitocentismo, começou a se delinear o primeiro bairro de elite da cidade de São Paulo, então composto principalmente de chácaras estabelecidas ao longo

dos antigos caminhos do período colonial. As sedes dessas propriedades semi-rurais foram, com o tempo, sendo ladeadas por novas construções cada vez mais elaboradas a ponto de, no fim do Império, e antes mesmo da ocupação dos Campos Elísios, loteado em 1878, ter-se tornado o subúrbio que reunia o maior número de residências elegantes da cidade.

À medida que formos examinando as sucessivas etapas do desenvolvimento urbano da região, estaremos analisando a tipologia funcional, o partido arquitetônico, os materiais e técnicas construtivas e a linguagem decorativa das construções consideradas mais relevantes em cada período, incluindo aqueles das sedes de chácaras que precederam os palacetes. Estaremos também, sempre que possível, levantando hipóteses relativas ao programa de necessidades, ao esquema distributivo, à datação e à autoria dessas construções.

Para alcançar nosso objetivo, tivemos de colher informações em diferentes fontes (narrações de cronistas, depoimentos de memorialistas, listas de endereços publicadas em velhos almanaques, anúncios de jornais, antigos documentos cartográficos da cidade e imagens fotográficas de época) e combiná-las com dados obtidos a partir da leitura da antiga documentação camarária (Atas da Câmara e Cartas de Datas), das fichas do Fundo Aguirra, pertencente ao Museu Paulista, e de duas importantes séries documentais depositadas no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, *Edificações particulares – papéis avulsos e Livros de lançamento dos autos de alinhamento*.

A respeito desses livros, cumpre chamar a atenção para o seguinte ponto: é, salvo engano, a primeira vez que, num estudo historiográfico, se recorre a esse tipo de fonte primária. Constituem os *Livros de lançamento dos autos de alinhamento* precioso manancial de informações até hoje inexplorado pelos pesquisadores interessados na história da arquitetura paulistana. Uma vez convenientemente interpretados os assentamentos que constam desses livros, pode-se por meio deles datar muitas das construções sobre as quais não se dispõe de nenhuma informação segura. Afinal, neles eram lançados os autos de alinhamento concedidos pela Câmara aos proprietários e aos construtores que iam edificar, havendo um intervalo variável, de poucos dias até de alguns meses, entre a entrega do auto de alinhamento ao interessado e a data do assentamento do mesmo auto em livro apropriado.

Com o fito de complementarmos a pesquisa, servimo-nos também da conhecidíssima *Genealogia paulistana*, de autoria de Luís Gonzaga da Silva Leme (1903-1905, passim). A ela recorreremos toda vez que for necessário estabelecer relações de parentesco entre os diversos personagens citados ao longo do presente texto.

Cumpre também ressaltar que este texto insere-se num esforço de compreender os procedimentos de partilhamento de referenciais arquitetônicos europeus que entraram na cidade de São Paulo ao longo do século XIX. A apropriação de códigos estilísticos, por exemplo, tanto neoclássicos quanto ligados a vertentes do Ecletismo, não foi necessariamente servil, gerando soluções pautadas por certas especificidades técnicas ou de cultura local, por vezes reelaborando e recriando aqueles referenciais externos.

Bairro da Luz: das origens ao século XIX

Antes de se configurar como um bairro residencial com características radicalmente urbanas, estruturado por arruamentos regularizados e lotes ocupados por residências pautadas por referências aburguesadas, o bairro da Luz foi marcado por uma ocupação típica dos arrabaldes imediatos às freguesias centrais. Chácaras e residências erguidas segundo princípios setecentistas foram padrões finais de uma ocupação rural e semi-rural que se estruturara ao longo dos caminhos que demandavam as férteis terras setentrionais da vila, próximas aos grandes rios que orientaram sua localização desde os primórdios coloniais.

No início da colonização portuguesa, a Luz era conhecida como os campos do Guarépe ou Guaré, uma planície alagável que se estendia a partir da vila na direção nordeste, ao longo do Tamanduateí até atingir o Rio Tietê. Foi para aí que os primeiros portugueses levaram suas cabeças de gado, que, livres, se fartavam das pastagens suculentas anualmente submersas pelas cheias de verão.

Desde os tempos pré-cabralinos, o Guaré era percorrido por uma trilha procedente do sudoeste, onde, ao tempo dos primeiros portugueses, localizava-se a aldeia de Jeribatiba. Essa trilha cortava longitudinalmente a colina conhecida como Inhapuambuçu, onde os jesuítas se estabeleceram em 1554, e atingindo a parte mais ao norte da elevação se precipitava por uma íngreme encosta, deparando-se com o vale estreito e profundo do Ribeirão Anhangabaú (Rua Florêncio de Abreu). A partir daí, cortando o Guaré, seguia em frente até atingir a margem esquerda do Rio Tietê (Avenida Tiradentes). Do outro lado do rio, o caminho continuava em direção à Serra da Cantareira (Avenida Voluntários da Pátria), prosseguindo mais tarde para Bragança e sul de Minas (Rodovia Fernão Dias). Um trecho desse longo caminho era conhecido, portanto, como do Guaré, usado pelos indígenas planaltinos e pelos primeiros moradores de São Paulo de Piratininga. Na beira dele foi erguida ainda no século XVI uma pequena ermida, cuja invocação – Nossa Senhora da Luz – deu origem ao topônimo português conferido à região.

No ponto mais setentrional do cimo da colina histórica, à margem do caminho do Guaré, havia uma outra capela, que acabou cedida aos monges beneditinos recém-chegados à vila de São Paulo. Os monges, tão logo se apropriaram da capela em 1598, levantaram a cerca conventual e com isso interromperam a passagem do tradicional caminho (MARQUES, 1980, v.2, p.129). Para continuar alcançando a paragem da Luz tiveram os piratininganos de se servir de um desvio que desde então se tornou o caminho da Luz por excelência. Partindo da vila, rumava para o noroeste até o Anhangabaú, transpunha-o por meio de um pontilhão em local próximo ao antigo Beco do Sapo (junto do início da Rua do Seminário) e tomando a direção norte pelo leito atual da Rua Brigadeiro Tobias (FREITAS, 1978, p.186-187) se unia, adiante, à antiga trilha interrompida por volta de 1600. No ponto de junção dos dois caminhos surgiu o vasto Largo do Comércio da Luz, tantas vezes citado a partir

de fins do século XVIII. A vereda interrompida em 1600, por sua vez, só seria reaberta pelos beneditinos em suas terras sob a forma de via pública em 1784¹. Por ser muito inclinada, permaneceria pouco freqüentada até 1881, quando, nivelada e calçada às custas do governo da Província sob o comando do Presidente Florêncio de Abreu, tomou o nome da autoridade que mandou executar as necessárias melhorias².

Até a primeira metade dos Oitocentos, a Luz ainda não havia desenvolvido características urbanas. Continuava pouco densa e basicamente ocupada por chácaras, mas já era vista pelos representantes das camadas sociais superiores como o arrabalde paulistano mais adequado à expansão do uso residencial urbano.

Encarapitada sobre a colina histórica, a cidadezinha de São Paulo tinha então poucas chances de expansão física. Em razão de circunstâncias diversas, concentrava-se no sul da cidade a maioria dos equipamentos urbanos poluidores ou de desprestígio – e até mesmo perigosos – dos quais todos os que podiam preferiam manter distância: a forca, desde o século XVI no local hoje ocupado pela Praça da Liberdade; o cemitério de indigentes e de enforcados, criado pela Mitra em 1775 na atual Rua dos Estudantes; a Casa da Pólvora em 1785, no atual largo desse nome; o Hospital da Misericórdia (em 1825 na Chácara dos Ingleses e depois, em 1840, num prédio de esquina na Rua da Glória), além do Matadouro Municipal, erguido entre 1849 e 1853, na altura da Rua Humaitá de nossos dias. Ao mesmo tempo, a leste, o agradável arrabalde chacareiro do Brás encontrava-se separado da cidade pela ampla várzea do Tamanduateí, sempre inundada na época das chuvas. Apropriadas à expansão do uso residencial urbano destinado às camadas sociais privilegiadas, só restavam, portanto, a Luz, ao norte, e a Cidade Nova, a oeste.

Esta última região fora arruada em 1808 a mando da Câmara Municipal pelo Marechal Arouche Toledo Rendon em suas terras caídas em comisso. Ocupando um terreno montuoso e desigual, chamado Morro do Chá, o arruamento era formado basicamente por ruas retilíneas que não se cruzavam de modo ortogonal e alguns trechos de caminhos vicinais muito antigos. O acesso à Cidade Nova, porém, só se fazia por dois pontos distantes um do outro, chamados Acu e Piques, sendo necessário para quem vinha da cidade, a pé, a cavalo ou de carro à tração animal, subir ladeiras de declive acentuado – atuais Avenida São João e Ladeira da Memória) –, o que não deixava de ser bastante árduo, tanto para homens como para animais. É verdade que as datas de terra distribuídas gratuitamente por ocasião do arruamento da *Cidade Nova* haviam sido muito procuradas, mas com tempo o lugar acabou adquirindo o ar de subúrbio chacareiro um tanto desleixado.

Tendo plena consciência das tendências de ocupação apresentadas pelas diferentes regiões da cidade, o engenheiro municipal chegou a sugerir em 1851 que o centro do rossio fosse, a exemplo do que ocorrera na capital do Império, transferido do Pátio da Sé para o Pátio de São Bento, mais ao norte, porque, justificava, a parte sul da cidade era muito pouco povoada. Caso houvesse sido acatada a sugestão do técnico municipal, mais terras ao norte,

além-Tietê, teriam sido incorporadas no rossio e, assim, reservadas ao uso habitacional urbano.

A Luz, o Arouche e o Campo Redondo constituíam regiões habitadas por importantes personagens, que sabiam muito bem recorrer ao peso de seu prestígio, sempre que necessário. Em consequência disso, toda vez que um desavisado pretendia localizar um equipamento indesejável fosse ao norte, fosse a oeste da cidade, sua iniciativa invariavelmente fracassava. Em 1830, um vereador cogitou transferir o Matadouro Municipal para os lados do Arouche e, mais tarde, pretenderam erguer o Cemitério Municipal na Luz (1832) e, a seguir, no Campo Redondo (1855). Obviamente, nenhuma dessas iniciativas encontrou condições de prosperar (CAMPOS, 2004, p. 205).

As promessas de desenvolvimento parecem ter ficado mais nítidas para a área da Luz a partir do momento em que se decidiu dar início à construção da ferrovia de Santos a Jundiá (1860-1867), aguardada desde 1856. Ao que tudo indica, os moradores das vizinhanças não se mostraram muito preocupados com o fato de os engenheiros ingleses terem decidido levantar a estação ferroviária num canto do Jardim Público. Naqueles tempos ingênuos é possível que não se tenham dado conta de que a presença de uma linha férrea naquela posição poderia futuramente dificultar as ligações viárias entre as partes norte e sul da capital, vindo a constituir, mais tarde, um fator de deterioração ambiental e desvalorização fundiária para toda a região.

Quando a Câmara Municipal iniciou a distribuição gratuita de datas de terra a partir de 1859 nas proximidades da Ponte Grande, muitos foram aqueles que se mostraram interessados. A procura foi tão intensa que provocou casos de concentração das melhores datas nas mãos de uns poucos concessionários. Vemos assim terem ocorrido na Luz os mais remotos sintomas de especulação fundiária detectados numa cidade que se preparava para ingressar em sua fase capitalista. Conforme denúncias tardias (1881), sete datas destinadas a pessoas distintas em 1860 passaram em poucos meses para a posse de uma única pessoa. Naquela época houve até um caso em São Paulo de alguém ter conseguido concentrar nada menos do que trinta e duas datas em suas mãos.

Ao longo do trecho inicial da estrada que seguia para o sul de Minas (Rua do Comércio da Luz, atual Avenida Tiradentes), e que consistia praticamente na única via a atravessar aquela parte da cidade, foram surgindo, aos poucos, alguns equipamentos muito importantes para o bairro. O mais venerável deles era sem dúvida o Recolhimento da Luz, originado de velha ermida quinhentista (a parte mais antiga do edifício atual foi inaugurada em 1788); mas havia também o Jardim Público, antigo Jardim Botânico, criado em 1825; a Casa de Correção, nome da penitenciária provincial em forma de panóptico, com projeto do Marechal Müller datado de 1832, e cujo primeiro raio foi inaugurado 1851; e o Seminário Episcopal, outro amplo edifício construído nos anos de 1850 em terras cedidas pelo Recolhimento da Luz e pelo Bispo D. Antônio Joaquim de Melo na Chácara Episcopal, antiga de Miguel Carlos (JORGE, 1988, p.76). Apesar de indesejável, a presença da penitenciária no seio de uma pacata área

residencial suburbana, como era o caso da Luz, não parece ter suscitado grande incômodo aos moradores das redondezas. Confinados atrás de muros espessos e continuamente vigiados, os poucos presos da instituição penal provavelmente não conseguiam inspirar receio ou inquietação na maioria da população local.

Das chácaras às primeiras residências neoclássicas

No âmbito da arquitetura doméstica, verificamos que desde o fim do setecentismo já havia para aqueles lados duas habitações que se destacavam do resto do casario paulistano. Não se situavam na região da Luz propriamente, mas sim nos dois acessos que levavam a esse bairro semi-rural. Na via aberta em 1784, depois conhecida pelos nomes sucessivos de Rua da Constituição e Rua do Senador Florêncio de Abreu, fora levantada uma ampla casa pertencente a Miguel Carlos Aires de Carvalho, procurador da Coroa entre 1786 e 1788 (Figuras 1 e 2). Desmembrada no mesmo ano de 1784 de outra propriedade chamada das Palmeiras (SANT'ANNA, 1937, p.284), a sede da chácara de



Figura 1 – Sede da chácara de Miguel Carlos (construção: c.1784), depois Palácio Episcopal e mais tarde casa do 1º Barão de Piracicaba. Pouco anos antes de ser demolida, em 1890, essa casa chegou a sediar o Colégio Moretzsohn. Anúncio do Colégio Moretzsohn. *Almanach da Provincia de S. Paulo para....1884*. Acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Reprodução de José Rosael.



Figura 2 – Vista posterior da antiga casa de Miguel Carlos, na época elevada à condição de Palácio Episcopal. Pela foto, observa-se que o partido da construção inspirava-se na arquitetura portuguesa de origem erudita. A fachada posterior era estritamente simétrica, e, tal como o frontispício voltado para a cidade, tinha uma porta, a de serviço, no eixo central da composição. A ala da esquerda, que rompe a simetria, constituía provavelmente um acréscimo. Abrigava uma cozinha, cuja presença é denunciada pela ampla chaminé de tipo alentejano, elemento arquitetônico muito raro na São Paulo de então. O fato de estar essa dependência apoiada em pilares de alvenaria confirma que na casa havia "andar nobre", com o térreo destinado a atividades secundárias. Fotografia de Militão de Azevedo (detalhe), c. 1862. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de Sérgio Burgi.

Miguel Carlos apresentava as características de implantação típicas das casas suburbanas luso-brasileiras. Alinhada junto da testada da propriedade – e não no interior da herdade como ocorria com as casas tipicamente rurais –, era o flanco lateral esquerdo da construção que deveria ser interpretado como o verdadeiro frontispício. Voltado para a cidade, nele se abria a porta principal de ingresso, colocada numa posição central e dando para um pequeno jardim. Esse tipo de partido, casa alinhada na testada do lote com afastamento bilateral, era corriqueiro nas saídas das cidades lusas e brasileiras. Visitando o Rio de Janeiro no período anterior à Independência, o inglês Henry Chamberlain reparou que os brasileiros não gostavam de isolar as casas de chácaras no interior das propriedades, pois, no campo, tal como os portugueses, gostavam de apreciar por distração o movimento das estradas. E os moradores dos subúrbios faziam isso de dentro de suas casas, comodamente instalados às janelas que deitavam diretamente para os caminhos.

Na Rua da Luz (depois Rua Alegre e hoje Brigadeiro Tobias), confluência com a ladeira que conduzia à igreja de Santa Ifigênia (atual rua desse nome), estava sendo edificada, por volta de 1798, uma vastíssima casa

de chácara pertencente ao secretário do governo da capitania, o Coronel Luís Antônio Neves de Carvalho (Figura 3). Ao contrário das demais casas semi-rurais de tradição luso-brasileira, essa construção não dispunha de frontispício voltado para a lateral. Tal como soía acontecer com todas as residências urbanas daquele tempo, sua porta de acesso principal localizava-se na frente, que dava diretamente para a boca do Acu³. Muito digna de atenção nessa casa era a lateral extremamente longa voltada para a Rua da Luz. Contavam-se aí nada menos do que 16 aberturas em cada pavimento, ocorrência verdadeiramente excepcional no quadro da arquitetura paulistana da época. Afinal, São Paulo, cabeça da capitania, não passava naquela altura de uma pequena aglomeração formada de edificações muito modestas.

De fato, ambas as residências exibiam linhas arquitetônicas bastante simples em relações a modelos do Rio de Janeiro. Pesadas e maciças, solidamente construídas de taipa, a modernidade formal que essas casas manifestavam ia pouco além da simetria axial das fachadas principais, da regularidade da fenestração e do emprego de vergas em arco abatido, conforme um modelo que então se disseminava tardiamente na arquitetura doméstica de São Paulo.

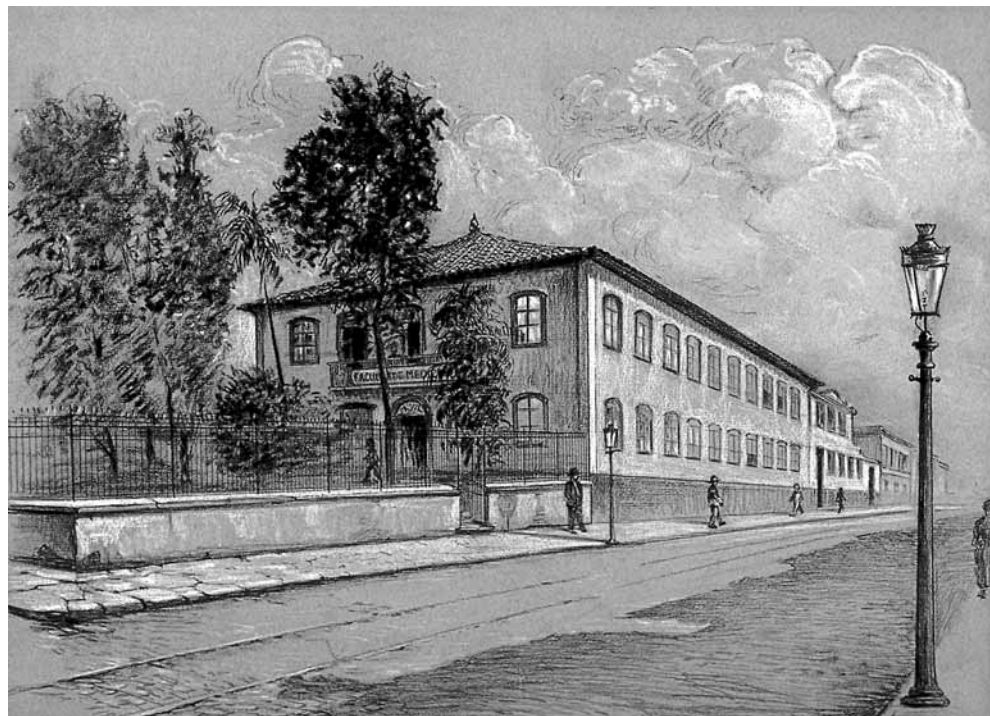


Figura 3 – Casa do Coronel Neves de Carvalho (construção: c. 1798), depois do Brigadeiro Tobias de Aguiar. Nos anos 60 do século XIX, a antiga casa do Coronel Neves de Carvalho abrigou o Colégio União, ocasião em que passou por uma grande reforma interna e na parte posterior. A porta de entrada principal com um arco pleno, porém, já existia antes e pode ter resultado de uma reforma do tempo do Brigadeiro Tobias. Desenho de Alberto Esteves, 1952. Acervo do Museu da Faculdade de Medicina da USP. Reprodução de José Rosael.

Em imagens antigas, notamos que a porta principal da casa de Neves de Carvalho estava rematada por um arco pleno. Mas esse detalhe pode muito bem ter sido introduzido durante uma reforma realizada em algum momento do século XIX. Internamente, essas casas do final do Setecentos eram, em geral, pouco mobiliadas e compartimentadas de modo diverso daquele que se estabeleceria ao longo dos Oitocentos, com cômodos de funções muito diferentes justapostos e dimensões que não privilegiavam necessariamente áreas de receber; as peças de recepção refugiavam-se no primeiro andar – o chamado andar nobre –, a circulação muitas vezes se dava pelos próprios cômodos e não por corredores ou havia longas passagens escuras, além de um grande número de alcovas – dormitórios sem ligação com o exterior, que caracterizavam a maneira típica do morar luso-brasileiro em todas as regiões do país.

Como afirmamos acima, essas casas excepcionais não pertenciam propriamente à Luz, mas situavam-se nas proximidades, postadas ao longo dos caminhos que partiam do centro urbano e conduziam àquele bairro. A presença delas revela, no entanto, que desde o fim do século XVIII era a região norte da cidade a preferida daqueles que dispunham de meios suficientes para a realização de construções residenciais mais ambiciosas. Não havendo notícias de que existissem à época edificações equivalentes erguidas em algum outro ponto dos subúrbios paulistanos, com exceção de duas outras, extraordinárias. Uma delas era um vistoso sobrado com mirante de dois andares, na saída para Sorocaba, atual Rua da Consolação, que aparece ao longe em um par de fotos de Augusto Militão de Azevedo. A data de sua construção não é precisa, mas talvez remontasse aos primeiros anos do século XIX. A outra era o imponente sobradão de três pavimentos, na Rua São João, do outro lado do Anhangabaú, habitado no início dos Oitocentos pelo Coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós. Mais tarde aí morou um sobrinho seu, o Comendador Sousa Barros. Constituíam ambos os casarões uma exceção que, a nosso ver, só confirmava a regra, pois estavam implantados na outra parte da cidade então considerada adequada à expansão urbana das camadas superiores, a *Cidade Nova*.

Teremos de esperar, contudo, pelos meados do século XIX para nos deparar, na Luz e em suas cercanias, com residências que atingiam a mesma excepcionalidade das casas de Miguel Carlos e de Neves de Carvalho. Referimo-nos às moradias de dois importantes personagens, o Tenente-Coronel Fidélis Nepomuceno Prates e o futuro Comendador José Maria Gavião Peixoto.

A casa de Gavião Peixoto tinha por endereço a Rua Alegre. As terras onde foi levantada haviam pertencido anteriormente a um bisavô do proprietário, o Brigadeiro Joaquim José Pinto do Rego de Moraes Leme, homem autoritário, irascível e muitíssimo rico. Primitivamente, a propriedade estendia-se para o norte a partir do sopé do chamado Morro de São Bento (porção setentrional da colina histórica) até entestar com o Largo do Comércio da Luz, tendo por limites o Ribeirão Anhangabaú, a Rua da Luz (Brigadeiro Tobias) e a futura Rua da Constituição (Rua Florêncio de Abreu). Após a morte do brigadeiro, as terras passaram para a filha, D. Maria da Anunciação, cuja casa se localizava, em 1841, na Rua Alegre. Depois do falecimento dessa senhora, a porção mais ao

4. Cartas de datas de terras, 1854 a 1858, p.85.

5. Cartas de datas de terras, 1854 a 1858, p. 102, 119 a 121

6. SÃO PAULO, 1954, planta n. 1.

norte da chácara coube a um de seus filhos, o Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, que por sua vez veio a falecer em 1859. Antes de sua morte, porém, cedeu o Brigadeiro Gavião parte do terreno, na esquina da Rua Alegre com Rua Episcopal (atual esquina da Rua Brigadeiro Tobias com Washington Luís), a seu filho José Maria, então delegado de polícia, para que esse pudesse construir, a partir de 1858, uma “boa casa” de estilo neoclássico⁴. No ano anterior, em 1857, decidia o Tenente-Coronel Fidélis Nepomuceno Prates, genro do Barão de Antonina, senador do Império (outro rico morador da Luz), erguer o seu solar numa chácara situada na esquina da Rua do Comércio da Luz (Avenida Tiradentes) com a posterior Rua Três Rios (Praça Fernando Prestes)⁵, vindo a constituir essas duas edificações as primeiras residências rigorosamente neoclássicas da cidade de São Paulo.

Segundo o depoimento de Yan de Almeida Prado (1960, p.13), que a conheceu quando já abrigava hotéis de ínfima categoria, a casa de José Maria trazia na cartela a data de 1860, ano em que, sabemos, ainda se edificava a casa de Fidélis. Admitimos assim que o palacete de José Maria tenha sido concluído primeiro, devendo ser contemporânea dele a reforma empreendida numa pequena casa térrea vizinha, pertencente a Camilo, irmão de José Maria. A Camilo coube por herança, muito provavelmente, a sede da antiga chácara paterna, velha construção cuja projeção horizontal é visível na planta da cidade executada por volta de 1810, de autoria de Rufino José Felizardo e Costa⁶.

Todos esses edifícios residenciais sobre os quais vimos falando até agora deixavam patente uma preferência que, entre as camadas superiores paulistanas, tendeu, com o tempo, a se expandir rapidamente, qual seja, a de viverem os ricos permanentemente afastados do centro urbano, em chácaras plenas de ar puro estabelecidas em determinados subúrbios da cidade. Pelo almanaque paulistano de 1858, editado no ano anterior, tomamos conhecimento de que antes de se transferirem para suas novas moradias, Fidélis habitava na Rua do Ouvidor (Rua do José Bonifácio), e José Maria, no Largo do Colégio – em pontos, como se vê, bastante centrais (CAMPOS, 1992, p. 7).

Apesar de serem consideradas as casas de José Maria e de Fidélis, declaradamente, sedes de imóveis semi-rurais, apresentavam características híbridas do ponto de vista tipológico: observavam o afastamento lateral em relação a uma das divisas do lote, como era usual nas casas de chácara, mas conservavam a porta em comunicação direta com a rua, como sucedia nas casas tipicamente urbanas.

Do ponto de vista formal, a casa mais esteticamente atraente é a de José Maria Gavião Peixoto (Figura 4). Se nos limitarmos à análise de sua fachada principal, constataremos que nela eram evidentes o apuro da concepção neoclássica, o rigor no emprego das ordens e o esmero dos enfeites modelados em estuque, pormenores que se podem apreciar com o auxílio de uma lente de aumento em antigas reproduções fotográficas de admirável nitidez. Via-se mesmo um delicado cromatismo no friso do entablamento, em tom que contrastava com o branco do resto da fachada; talvez estivesse pintado de azul, cor em geral reservada aos frisos nas antigas construções greco-romanas. Yan (PRADO, 1929)



Figura 4 – Casa de José Maria Gavião (construção: 1858-1860). A casa impressiona por seu mau estado de conservação. Foi fotografada, porém, pouco tempo depois de terminada. As grandes manchas visíveis nas superfícies das paredes externas eram consequência direta do clima extremamente úmido então predominante na cidade. Fotografia de Militão de Azevedo, c.1862. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de Sérgio Burgi.

chegou a afirmar que essa casa era revestida de azulejos, mas esse engano pode ser facilmente constatado com a observação atenta das fotos tiradas na época por Militão de Azevedo.

O vocabulário decorativo empregado nessa casa consistia no que havia de mais em dia na Corte: aberturas com vergas em arco pleno; sutis bossagens nos paramentos externos do nível térreo; frontão no coroamento, exibindo orgulhosamente no tímpano o velho brasão de armas familiar, de origem lusitana, em meio a ornatos de aparência vegetal. No alto, a platibanda que percorria o edifício era interrompida nas prumadas das pilastras toscanas por pedestais a suportar elementos decorativos de remate. Havia, contudo, seríssimos defeitos de composição face aos referenciais cariocas, que, se contrapondo às qualidades estéticas mencionadas, comprometia o resultado final da obra. Um deles, o mais grave, era, sem dúvida, a forma irregular do terreno em que fora levantada a habitação. O formato peculiar do lote obrigara o flanco do corpo térreo situado na esquina a convergir para o corpo central, e isso anulava a pureza geométrica dos volumes, um dos princípios inabaláveis da arquitetura neoclássica. Segundo tais princípios, tudo ficava então reduzido a uma vulgar falsidade de cenário, pois se privilegiava a fachada em relação ao restante do edifício. Da mesma maneira, no fundo da casa, o sobrado prolongava-se por meio de um corpo sem nenhum estilo definido, com ar declarado de anexo, negligência que só confirmava a falta de coerência do projeto segundo os modelos neoclássicos. Não deixa de ser, entretanto, uma residência relevante,

que soube adaptar a condições limitadas a maior parte dos princípios de composição arquitetônica neoclássica que então penetrava na capital paulista.

Com relação à pequena casa térrea que ficava ao lado da casa de José Maria, de propriedade de seu irmão, Camilo Gavião Peixoto, é evidente que se tratava em origem de uma tosca e modesta construção, certamente edificada de acordo com técnicas construtivas tradicionais (Figura 5). Características que o novo proprietário, um orgulhoso banqueiro, provavelmente não demorou em mandar disfarçar. Um dos aspectos que mais impressionam na casa térrea de Camilo é a atualidade dos elementos decorativos empregados na reforma. O frontão semicircular, por exemplo, embora grande demais para uma construção de pequenas proporções, seguia o modelo daqueles que coroavam os recém-reformados pavilhões do Hospital da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro (projeto de Luís Hosxe, 1859). Um outro aspecto, este bastante negativo segundo princípios neoclássicos, era sem dúvida o excesso de figuras de faiança povoando a platibanda e o alto dos pilares do muro de fecho. Custosas estátuas, pinhas, cachorros, etc. acumulavam-se de maneira ostensiva, sinal de evidente necessidade de afirmação social.

Em contrapartida, no amplo sobrado de Fidélis Nepomuceno Prates recorria-se a um vocabulário formal bem mais discreto (Figura 6). Não havia frontão nem composição arquitetônica à base de volumes articulados. A construção, que afirmavam ter sido projetada pelo próprio dono, resumia-se a um simples paralelepípedo de grandes proporções, prolongado no costureiro



Figura 5 – Casa de Camilo Gavião Peixoto (construção: c.1859). Ao que tudo indica, a casa não passava de uma construção tradicional disfarçada por uma reforma neoclassizante, executada talvez depois da morte do Brigadeiro Bernardo Gavião Peixoto, pai do proprietário, ocorrida em 1859. Fotografia de Militão de Azevedo, c.1862. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de Sérgio Burgi.

apêndice de serviços. Com efeito, o que havia de mais atraente nessa casa eram os paramentos externos, parcialmente recobertos de azulejos estampilhados portugueses a rebrilhar ao sol; uma moda que o Neoclassicismo à brasileira introduziu com timidez na cidade de São Paulo, em virtude do alto custo desse tipo de material de revestimento. A ordem jônica limitava-se às pilastras de esquina, e dos vãos de verga reta somente se diferenciava a entrada principal, em arco pleno. Nos cantos da platibanda, figuras alegóricas procuravam, inutilmente, imprimir alguma animação àquela massa compacta e um tanto monótona, algumas décadas mais tarde vista pelo arquiteto Ramos de Azevedo, educado no suntuoso gosto eclético, como um exemplar de arquitetura “grave e triste” (1900, p.9).

Essas três primeiras experiências neoclássicas no âmbito da arquitetura doméstica paulistana, realizadas nos arredores do bairro da Luz ainda durante a segunda metade da década de 1850, patenteavam, em suma, a ruptura definitiva promovida pelas elites com o conformismo estético paulistano e com o tradicional modo de morar prevaletentes nas demais construções residenciais da cidade. A persistente tradição arquitetônica local começava finalmente a ser superada, sem dúvida, com o concurso profissional dos mestres-de-obras portugueses que nos chegavam da corte do Rio de Janeiro. Correspondiam esses exemplares, em vários aspectos, aos novos valores, aos novos hábitos e às novas necessidades de prestígio social de seus proprietários. Estes últimos, legítimos representantes da nova cultura



Figura 6 – Casa de Fidélis Nepomuceno Prates (construção: 1857 - c.1860). Segundo Ramos de Azevedo, o projeto da residência de Fidélis era do próprio proprietário, que foi o primeiro morador da cidade a construir uma sede de chácara em estilo neoclássico, influenciado pela arquitetura da Corte. Possuidor de uma mentalidade ainda ligada ao escravismo, mantinha no fundo do imóvel um tronco para o castigo de seus escravos urbanos. Postal da Escola Politécnica, ed. Duchein Irmãos, década de 1910. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de José Rosael.

de elite então em formação intimamente identificada com todos os signos sociais emanados da capital do Império.

Tudo isso era facilmente reconhecível na parte externa dos edifícios analisados; embora também, internamente, no plano programático, as primeiras construções residenciais neoclássicas aderissem, certamente, a inovações. As salas de recepção agora se multiplicavam, tendo cada uma delas uma destinação definida (sala de receber, de espera, de costura, de música, etc.). As alcovas começavam a desaparecer, em função das teorias médicas recentes que pregavam a necessidade de insolação e ventilação diretas em todos os cômodos. O compartimento de distribuição vertical (*hall* da escada), encravado no miolo da construção, era sempre iluminado por lanternim, em geral, uma peça metálica de formato cônico, provida de caixilhos de vidro, visível externamente no alto do telhado. Os cômodos tinham agora as paredes empapeladas e, por vezes, havia no salão principal bibelôs sob redomas e quadros pendurados com cordão de seda. (BARROS, 1946, p. 26)

Qual seria a técnica construtiva empregada nas três construções estudadas? Sabemos que naqueles anos, aos poucos, vinha sendo introduzida na cidade a alvenaria autoportante de tijolos, uma técnica verdadeiramente revolucionária que abalaria o campo da construção civil paulistana. Por ser muito velha, como dissemos, a casa de Camilo Gavião Peixoto era com certeza toda de taipa (na reforma então empreendida devem ter sido usados tijolos apenas nas platibandas). Quanto à casa de José Maria, por sua vez, conforme descobrimos recentemente em fotos que documentam sua demolição ocorrida em 1958 (Figuras 7 e 8), via-se espalhada pelas ruínas uma certa quantidade de tijolos compridos. Esses elementos construtivos, ao que parece, compunham uma alvenaria autoportante no caso das paredes das fachadas, mas, internamente, faziam o tapamento de vãos de paredes feitas com estrutura autônoma de madeira. Havia ainda paredes secundárias que não sustentavam cargas, sendo construídas nesse caso com madeira e barro, segundo a técnica das "paredes francesas"⁷. Não é, porém, de estranhar que numa residência que procurava estar em dia em termos estilísticos houvesse lugar para sistemas construtivos tão conservadores. Afinal, como visto, a casa de José Maria surgira num ambiente cultural ainda muito provinciano, em que os padrões construtivos e arquitetônicos do Neoclassicismo da Corte não eram plenamente compreendidos, nem podiam ser completamente obedecidos. Por outro lado, não pudemos apurar nada de objetivo acerca do processo construtivo usado na casa de Fidélis Prates. Há indícios, contudo, que nos fazem pensar que em suas estruturas murárias tenha sido empregada exclusivamente a alvenaria autoportante de tijolos. Tão revelador quanto qualquer evidência construtiva é o fato de o proprietário ter adquirido uma olaria produtora de tijolos poucos meses após haver solicitado o alinhamento da edificação. Pretendia certamente garantir a regularidade no fornecimento de grande quantidade do produto, num tempo em que sua fabricação era ainda inconstante, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade (CAMPOS, 1997, v.2, p.382). Mas mais importante do que isso é a declaração feita por Ramos de Azevedo (1900, p.9). O arquiteto, em 1900, referiu-se a essa casa, então abrigando a Escola Politécnica, como

sendo “um verdadeiro padrão da arte de construir em tempos passados (cerca de quarenta anos)”. O que, a nosso ver, equivale a uma declaração quase explícita de que a residência tinha sido construída totalmente de tijolos. Caso houvesse sido executada de acordo com um sistema estrutural mais grosseiro ou mais tradicional, o exigente profissional teria sido, sem dúvida, o primeiro a se expressar de forma mais direta e, certamente, mais crítica em relação ao fato, como já o fizera em relação à composição formal do edifício, que desdenhava.



Figura 7 – Aspecto da demolição da antiga casa de José Maria Gavião Peixoto, ocorrida em novembro de 1958. A imagem focalizando a escada nobre permite constatar que na obra haviam sido empregadas diferentes técnicas construtivas. Algumas paredes que sustentavam cargas possuíam estrutura independente de madeira, com vãos preenchidos com tijolos compridos de grandes dimensões, muitos dos quais vistos jogados ao pé da escada. Outras paredes internas tinham a função só de tapamento, como as que acompanhavam a curvatura da escada em espiral. Nessas, o sistema adotado era o das “paredes francesas”, isto é, feitas com estrutura de madeira e vãos fechados com ripas recobertas com reboco. Fotografia anônima, 1958, integrante do caderno *Administração Ademar de Barros; monumentos, casas-museu, solenidades, nov./dez., 1958*. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH/SMC/PMSP), São Paulo. Reprodução de José Rosael.



Figura 8 – Aspecto da demolição da antiga casa de José Maria Gavião Peixoto, ocorrida em novembro de 1958. Pode-se verificar que as paredes remanescentes das fachadas conservavam ainda o seu revestimento externo, porém, alguns indícios permitem pensar que a estrutura dessas paredes fosse integralmente constituída de alvenaria autoportante de tijolos, ou seja, as paredes externas da casa eram feitas de tijolos que suportavam os esforços sem o auxílio de reforço estrutural independente. Fotografia anônima, 1958, integrante do caderno *Administração Ademar de Barros; monumentos, casas-museu, solenidades, nov./dez., 1958*. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH/SMC/PMSP), São Paulo. Reprodução de José Rosael.

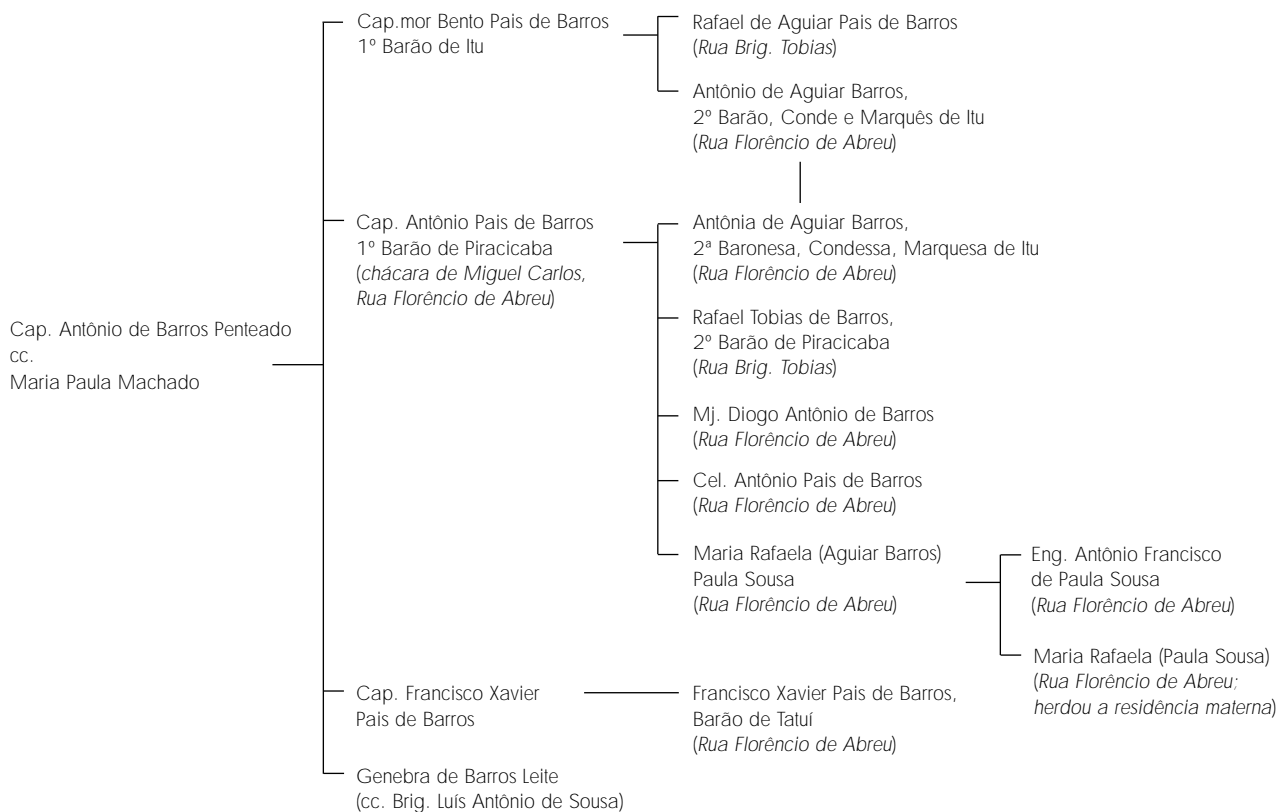
A chegada dos fazendeiros e os novos palacetes

Não há dúvida de que as circunvizinhanças do bairro da Luz muito se beneficiaram com o início do funcionamento da ferrovia de Santos a Jundiaí. Ao ligar de modo rápido e cômodo o Porto de Santos ao interior paulista, produtor de café, a nova via de comunicação determinou a ascensão econômica, financeira e política da capital. Situada entre os dois pontos extremos da linha férrea, São Paulo acabou guindada à condição de centro da Província, tornando-se pólo de atração para os ricos proprietários do interior.

Foram essas novas circunstâncias que fizeram com que Antônio Pais de Barros, grande fazendeiro em Rio Claro e 1º Barão de Piracicaba, mudasse-se para a cidade de São Paulo. Antônio Egídio Martins (1973, p.164) diz que isso se deu alguns anos depois da morte do Bispo D. Sebastião, sucedida em 1868. Foi morar nas imediações da estação ferroviária da Luz, na velha casa

da antiga Chácara Episcopal (anteriormente, chácara de Miguel Carlos), situação que o punha em contato direto tanto com suas fazendas e com o porto exportador por meio da ferrovia quanto com as autoridades provinciais sediadas na capital, de cujas decisões políticas dependia o futuro da economia cafeeira paulista.

Naquela altura, a velha chácara de Miguel Carlos já mudara de mãos algumas vezes. Na primeira metade do século XIX, aí habitara João da Silva Machado, ex-tocador de gado vacum, que, enriquecido, foi elevado a Barão de Antonina (SÃO PAULO, 1954, planta n.3). Proveniente do Rio Grande do Sul, Machado era um tradicional morador da Luz, tal como seus dois genros Fidêncio e Fidélis Prates. A seguir, transformara-se em residência dos bispos, ocasião em que D. Antônio Joaquim de Melo desmembrara parte da propriedade para nela ser edificado o Seminário Episcopal. Agora, achava-se nas mãos de um membro ilustre do prestigioso clã Barros, “opulento e nobre”, como diziam, clã que mantinha parentesco e vínculos políticos com várias famílias importantes da capital (Sousa Queirós, Sousa Barros, Aguiar, etc.) A presença do Barão de Piracicaba nas proximidades da Luz iria contribuir para atrair outros personagens importantes provenientes do interior, sobretudo parentes e afins, transformando as imediações da Estação da Luz naquilo que Yan de Almeida Prado (1929), chamaria muito tempo depois de “*Vieille Roche Paulista*”. Apresentamos abaixo um esquema genealógico dos Barros estabelecidos na região da Luz e a indicação das ruas em que estavam situadas suas residências:



O nascimento do capitalismo na Província, representado pela florescente economia do café, favoreceu então a rápida modernização da capital, e uma de suas conseqüências imediatas foi o surgimento de manobras especulativas que os membros das camadas superiores passaram a executar com o fito de atrair o desenvolvimento urbano para as terras nas quais tinham interesse.

Parece que foi isso que aconteceu, por exemplo, em 1872, por iniciativa do Dr. Antônio de Aguiar Barros, futuro Marquês de Itu. Pretendendo valorizar as terras próximas à Estação da Luz, recorreu ao estratagema de oferecer um terreno localizado na Rua Alegre, esquina com a futura Rua da Beneficência Portuguesa, para que a referida instituição filantrópica construísse nele a sede de seu hospital. A sociedade beneficente havia tentado, recentemente, adquirir um outro lote sito na Rua Alegre, pertencente à chácara do Dr. Antônio Francisco Aguiar e Castro, filho do Brigadeiro Tobias (antiga chácara de Neves de Carvalho, à qual já aludimos), mas as tratativas não haviam dado certo. O Comendador Aguiar Barros aproveitou, então, a deixa e propôs um negócio bastante vantajoso. Considerado o novo terreno em melhores condições que o anterior, e com preço mais em conta, os membros da diretoria da Beneficência responsáveis pela transação aceitaram imediatamente a proposta de Aguiar Barros (NOBRE, 1919, v.1, p. 260-261).

Na época em que vigoravam as teorias miasmáticas de contágio, segundo as quais as doenças eram produzidas por emanções mefíticas, era um contra-senso alguém ter a idéia de estimular a ocupação habitacional de uma determinada região mediante a construção de um nosocômio nas proximidades. Da mesma forma, o oposto era visto com alarme, ou seja, era inadmissível do ponto de vista higiênico que um hospital fosse construído numa região que viesse futuramente a se tornar muito povoada, sem ar puro, espaço, tranqüilidade e silêncio suficientes. Consultado em 1873 sobre a conveniência de ser edificado o tal hospital na Rua Alegre, o médico da Câmara Municipal se opôs a essa intenção de modo firme. Seu parecer técnico, contudo, acabou desconsiderado pelas autoridades (provavelmente submetidas a fortes pressões políticas) e o edifício do hospital pôde afinal ser levantado no terreno pretendido (CAMPOS, 1997, v.3, p. 531-532).

O projeto do hospital datava de 1866 e fora desenvolvido por um "arquiteto" português de nome Manuel Gonçalves da Silva Cantarino; a execução do edifício, porém, somente ocorreria entre 1873 e 1876. Cantarino, ao que parece, era um mestre-de-obras muito talentoso. Estabelecido inicialmente no Rio de Janeiro, só teria chegado à Campinas na década de 1860, depois de provavelmente ter passado pelas cidades do Vale do Paraíba. Em Campinas, cidade na época em pleno florescimento econômico, planejou o belo Teatro São Carlos, utilizando rigorosamente os princípios do estilo neoclássico carioca, e o frontispício da matriz em construção, projeto que acabou não se concretizando (CAMPOS, 1997, v.1, p. 181-182).

Conquanto executado tardiamente – pois a modernização começava a introduzir novos estilos arquitetônicos na cidade –, o hospital da Beneficência Portuguesa, cuja aparência primitiva sobrevive em velhas fotografias, representava o que de mais rigoroso dentro dos cânones neoclássicos foi construído em São

Paulo (Figura 9). Isso acontecendo, obviamente, dentro dos padrões praticados pelos artífices de tradição construtiva luso-brasileira.

O edifício apresentava uma extensa fachada assobradada, composta de nove vãos no primeiro andar, com antecorpo central perfurado por três aberturas e encimado de frontão. Acima do entablamento, desenvolvia-se uma platibanda azulejada, intercalada de pedestais nas prumadas das pilastras, sobre os quais repousavam crateras de faiança. Por fim, no tímpano do coroamento central, via-se, num medalhão de estuque, a tradicional alegoria da Caridade – Nossa Senhora da Misericórdia abrindo o manto sobre os necessitados. Recuado em relação aos limites do lote, o prédio do hospital abria espaço para um estreito jardim fronteiro, ficando separado da via pública por um gradeamento metálico engastado em pilares vistosamente enfeitados com graúdas peças de remate.

Por incrível que pareça, a estratégia empregada por Antônio de Aguiar Barros deve ter, realmente, funcionado. Anos depois, em 1880, os membros da Santa Casa de Misericórdia repetiriam esse tipo de manobra com o objetivo de levar a sede do novo hospital da irmandade, que ia ser construída na Bela Vista, para perto das terras que possuíam no futuro bairro de Vila Buarque. E entre os membros da Misericórdia descobrimos, nada mais nada menos, o mesmo Antônio



Figura 9 – Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência (construção: 1873-1876). Em 1873, antes de ser dado início à realização da sede do hospital, foram introduzidas algumas modificações no projeto original de 1866, entre elas, a escada da fachada principal, executada com uma só frente. Fotografia anônima (possivelmente de Walter Sutton Bradley), c.1876. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus (DPH/SMC/PMSP), São Paulo.

de Aguiar Barros, futuro Marquês de Itu (MESGRAVIS, 1976, p.142-143), sem dúvida o criador e o grande incentivador desse gênero de jogada imobiliária.

Numa época em que eram temidos os hospitais, em geral construídos fora dos núcleos urbanos por serem considerados perigosos geradores de miasmas, o hospital da Beneficência aparentemente não conseguiu suscitar aversão em seus contemporâneos. Antes mesmo de inaugurada a instituição hospitalar, um primo e cunhado de Antônio de Aguiar Barros, o Coronel Rafael Tobias de Barros, filho do 1º Barão de Piracicaba, e mais tarde elevado a 2º barão desse título, pedia alinhamento, em 1875, para erguer um palacete num vasto lote localizado na esquina da Rua Alegre com a antiga Travessa da Conceição, hoje Avenida Senador Queirós⁹. O terreno em questão situava-se, simplesmente, ao lado do hospital.

Não deixa de ser curioso verificar que o aspecto faustoso do palacete se opunha diametralmente à aparência severa e quase centenária da casa habitada pelo pai de Rafael Tobias. Com proporções de verdadeiro palácio, a luxuosa construção se tornou a mais notável residência paulistana de sua época (Figura 10). Do ponto de vista estilístico, já havia ultrapassado os estreitos limites do Neoclassicismo, incorporando elementos formais de natureza eclética, que também nos chegavam diretamente da Corte. Integralmente construído de tijolos,



Figura 10 – Palacete de Rafael Tobias de Aguiar, 2º Barão de Piracicaba (construção: 1875 - c.1877). Segundo testemunho de uma das netas do barão, o projeto da casa era de autoria de um francês. Pode até ser verdade, mas o resultado final da construção conservava nítidas características da arquitetura luso-brasileira, mal disfarçadas pelos ornatos de pedra artificial aplicados às fachadas planas. Desenho de Alberto Esteves, 1952. Acervo do Museu da Faculdade de Medicina da USP. Reprodução de José Rosael.

segundo testemunhos de quem conheceu bem a construção, o palacete achava-se isolado no meio de extensos jardins, a exemplo das contemporâneas *villas* suburbanas européias, e separado da rua por gradis e imensos portões de ferro fundido (Figura 11). É verdade que sua volumetria prismática se mantinha rígida e conservadora, dentro do espírito da tradição neoclássica, mas, em compensação, uma densa ornamentação aplicada espalhava-se por sobre os panos lisos das paredes. Sobrevergas realçadas com ricos ornatos inspirados na Primeira Renascença florentina, pilastras coríntias, frisos, requadraturas estucadas e balcões de ferro fundido, de desenho bastante encorpado, coordenavam-se na busca de um novo resultado formal.

Com imagens preservadas em fotos antigas, os seus interiores mostravam-se verdadeiramente opulentos (LEMOS, 1985, p.122). O partido da casa mantinha a tradição neoclássica: no andar nobre (primeiro andar), várias salas de recepção se sucediam, mecanicamente repartidas em xadrez, e, no centro da construção, um amplo *hall* com escada de formas vistosas recebia iluminação zenital. A decoração interna era extremamente suntuosa, havendo sido os móveis, os tapetes, os lustres, os espelhos, as obras de arte e os bibelôs despachados diretamente de Paris por Anatole Louis Garraux, ex-proprietário do primeiro bazar de luxo de São Paulo (MOTTA, 1992, p.25). Dentro dessa casa e de outras semelhantes construídas a partir de então não era mais admitido o trabalho escravo. Essas mansões funcionavam agora com mão-de-obra branca, mais familiarizada com padrões aburguesados, sendo a criadagem assalariada recrutada, por meio de anúncios de jornal, entre os imigrantes que, logo, chegariam aos milhares à cidade de São Paulo (CAMPOS, 1997, v.3, p. 472-473).

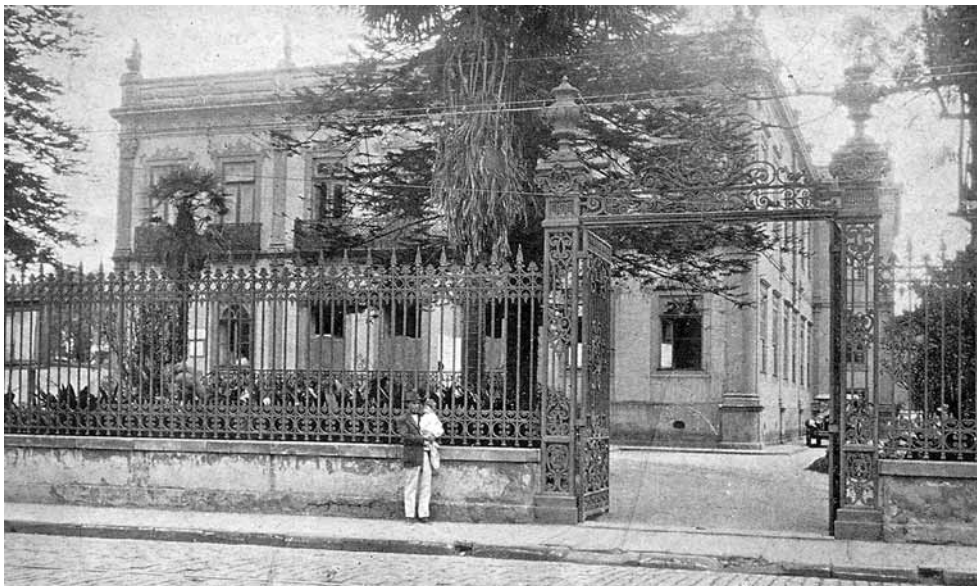


Figura 11 – Palacete de Rafael Tobias de Aguiar, 2º Barão de Piracicaba (construção: 1875 - c.1877). Vista frontal da residência, com gradil no alinhamento da Rua Brigadeiro Tobias. (PRADO, 1929). Acervo da Biblioteca da FAU/USP. Reprodução de José Rosael.

Foi decerto a rápida evolução dos padrões econômicos, sociais e estéticos, ocorrida nos meados dos anos 70 do século XIX, que levou José Maria Gavião Peixoto a erguer, entre 1876 e 1877^o, uma outra residência para si e sua esposa na antiga Rua da Constituição (Figura 12). Platibanda com balaustrada, regularmente interrompida por pedestais; balcões de alvenaria de grande projetura, suportados por volumosas mísulas de cimento; pilastras almofadadas e arcos de sarapanel nas envasaduras ratificavam as diferenças formais existentes entre as edificações recentes e os ultrapassados sobrados neoclássicos da década anterior. Identificada por Yan de Almeida Prado (1929) como sendo a residência de Rafaela Cantinho, a propriedade, muito provavelmente, deve ter sido transmitida por herança a essa senhora após a morte de Maria Cantinho Gavião, viúva de José Maria.

No sobrado do Comendador Gavião Peixoto, o novo formalismo arquitetural foi alcançado graças ao início do funcionamento, na região do Bom Retiro, da fábrica de “pedra artificial” de propriedade de João Ribeiro da Silva. Advogado, banqueiro e empresário, Ribeiro da Silva tinha duas irmãs suas casadas com dois dos irmãos Gavião, Bernardo Avelino e Camilo, e era dono da importante Olaria do Bom Retiro, grande importadora de cimento. Decidindo ampliar os seus negócios, associou-se a Guilherme Clavel, conhecedor da técnica francesa da “pedra artificial”. Como resultado dessa sociedade, abriu junto da

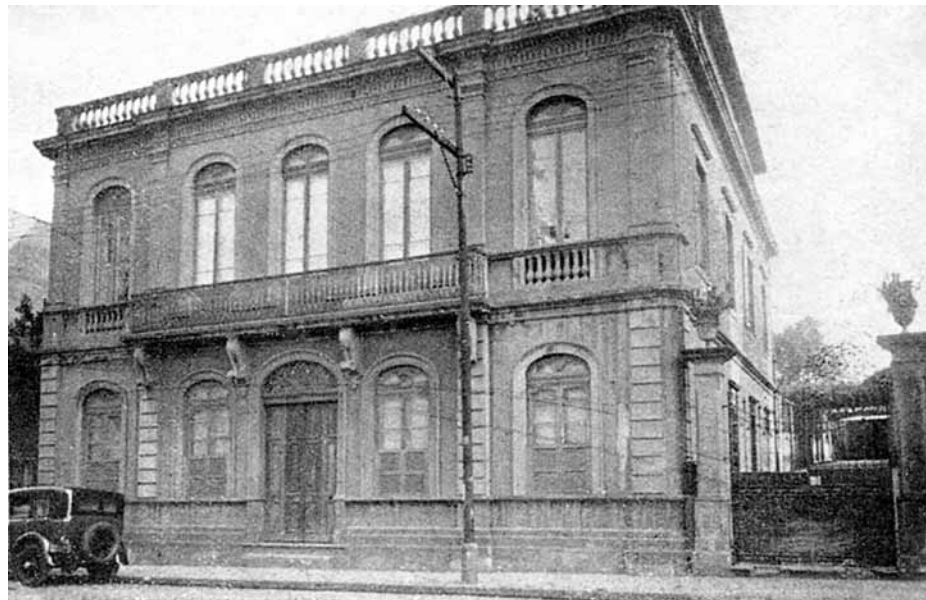


Figura 12 – Segunda casa de José Maria Gavião Peixoto (construção: 1876 - c.1878). Embora exibindo na parte externa um estilo de transição para o Classicismo eclético em moda nos anos 1875-1880, a repartição interna dessa construção talvez não fosse muito diferente da apresentada pela primeira casa de José Maria. Aqui muito provavelmente já não existiam alcovas, mas o conceito de “andar nobre” seguramente sobrevivia. As três portas do balcão do primeiro andar correspondiam decerto ao salão principal. Fotografia anônima, c.1929. (PRADO, 1929). Acervo da Biblioteca da FAU/USP. Reprodução de José Rosael.

sede da olaria uma fábrica de elementos arquitetônicos feitos com cimento moldado, pretendendo com isso concorrer vantajosamente com a custosa pedra aparelhada e com a laboriosa técnica do estuque modelado *in loco*.

Por intermédio da imprensa paulistana, Ribeiro da Silva chegou a adiantar, em 1875, que o Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, outro irmão de José Maria e Camilo, construiria sua futura residência com elementos de “pedra artificial” produzidos na fábrica recém-inaugurada. Anos depois, porém, admitia um outro anúncio que era o sobrado de José Maria e Maria Cantinho que se encontrava decorado com motivos arquitetônicos feitos com a nova técnica de pré-fabricação (CAMPOS, 1997, v.2, p. 327-332).

Com relação ao projetista dessa segunda casa de José Maria, somos tentados a levantar uma hipótese um tanto audaciosa. É possível que tenha sido idealizada por Charles Peyranton, arquiteto francês formado na Academia de Bordéus, que na ocasião trabalhava em Pindamonhangaba (o prédio da Prefeitura dessa cidade é um belo palacete de sua autoria). Teria projetado a casa de José Maria mais ou menos na mesma época em que o Dr. João Ribeiro da Silva, cunhado de dois dos irmãos de José Maria, contratava o francês para desenvolver projetos residenciais a serem oferecidos a quem comprasse lotes em Santa Ifigênia comercializados pela Olaria do Bom Retiro, conforme anúncios publicados na imprensa diária em 1878 (CAMPOS, 1992, p.29).

Quanto à casa do irmão Bernardo Avelino, situava-se na mesma quadra em que se erguiam as casas de José Maria e de Camilo; a diferença era que a frente de seu palacete olhava para a Rua da Estação (atual Rua Mauá). Com relação a esse edifício, confessamos ter dúvidas quanto à sua datação. Embora Bernardo tenha pedido o alinhamento da testada do terreno em 1875, como atestam os assentamentos camarários, a projeção horizontal da casa não figura na planta cadastral da cidade elaborada pela Companhia Cantareira e Esgotos em 1881, documento cartográfico que só nos é conhecido sob a forma de uma cópia elaborada no século passado¹⁰. Como se trata de uma cópia e não do original, é possível que a omissão vista em planta seja o resultado de um erro cometido pelo copista. Afinal, o aspecto externo da construção, conservado em fotos, leva-nos a considerar como muito plausível o fato de o palacete de Bernardo haver sido levantado naqueles anos de transição estilística (Figura 13).

Tratava-se de um sobrado bastante criativo, de aparência insólita, a ponto de sermos levados a supor que seu projetista fosse um profissional não diplomado, um mestre-de-obras não totalmente familiarizado com as convenções da arquitetura erudita da época. Em nossas pesquisas, topamos com o nome do mestre-de-obras português José Domingues da Silva Beleza trabalhando para Bernardo Avelino em 1884; teria sido ele o autor dessa residência tão pouco convencional?

Da construção principal, de dois pavimentos, partiam dois pequenos corpos de um só piso, cobertos por terraços, que avançavam obliquamente, procurando de maneira inusual introduzir um efeito de variedade e movimento na composição, e, assim, distanciá-la das formas estáticas características das



Figura 13 – Casa de Bernardo Avelino Gavião Peixoto (construção: 1875? - c.1877?). De configuração inusual, a casa de Bernardo parece ter sido projetada por um mestre-de-obras, possivelmente José Domingues da Silva Beleza, que trabalhou para Bernardo Avelino na década seguinte. Fotografia de Axel Frick, c. 1895. (KOENIGSWALD, 1895). Acervo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

demais moradias abastadas do período. Além de possuir cantos quebrados, o corpo principal estava provido de uma platibanda lisa e contínua. Enfeitada com altos e delgados pináculos, via-se no centro dela uma composição ornamental de proporções pouco comuns. Na parte inferior do frontispício, abriam-se três vãos em arco pleno encimados de sobrevergas retas, sobre as quais repousavam bustos inusitados de massa servindo de elementos de decoração. Fotos antigas permitem ainda discernir que o acesso à porta principal era feito por meio de largos degraus, junto dos quais estava postada uma figura feminina de ferro fundido a suportar um lampião a gás com dois bicos de luz.

Todos os três edifícios residenciais aos quais acabamos de fazer referência tinham, certamente, fachadas engalanadas com elementos feitos de “pedra artificial”. Tal prática daria início a uma fase da arquitetura paulistana caracterizada pela ampla difusão da decoração arquitetônica pré-moldada, propiciada pelas novas técnicas de produção. A partir daí, símbolos de poder, riqueza e tradição, havia pouco exclusivos das elites, seriam postos ao alcance de todos, por meio de cópias e imitações às vezes bastante grosseiras. E a matéria vulgar e barata passaria a substituir, finalmente, a matéria seleta e de alto preço.

Mas isso não era tudo; durante o período do Ecletismo, até mesmo o aspecto plástico das edificações acabou por perder a autonomia. Desde o final

da Idade Clássica, tornara-se a “expressividade simbólica” um verdadeiro postulado da arquitetura internacional. Por intermédio da teoria do “caráter” dos edifícios, à Arquitetura passou a ser reconhecida a capacidade de transmitir idéias abstratas, sentimentos e valores que jaziam num nível muito acima de sua realidade material. Segundo os teóricos, o gênero que mais se prestava a expressar os sentimentos sociais e morais do homem era a arquitetura doméstica. Assim, as construções residenciais deviam não apenas exprimir um certo ideal de domesticidade, como também servir de meio para que os proprietários manifestassem sua necessidade de afirmação pessoal e de evasão sentimental (DOWNING, 1969).

Na proliferação dos chalés temos um caso claro da necessidade de evasão romântica presente na arquitetura residencial paulistana. Yan de Almeida Prado (1929) chegou a afirmar que a arquitetura pitoresca fora introduzida na cidade pelos engenheiros ingleses que vieram construir a ferrovia, e isso pode ter mesmo acontecido. Na coleção do Museu Paulista, há uma foto da Estação de Passageiros de São Bernardo, de autoria de Militão de Azevedo, datada por volta de 1867, que mostra uma pequenina e desprezível construção, com um telhado decorado com pináculos típicos dos chalés. Nossa experiência de pesquisa, entretanto, nos diz que a maioria dos chalés residenciais paulistanos foi erguida anos mais tarde, a partir da segunda metade da década de 70 do século XIX.

Na Europa, sua natureza evocativa, e ao mesmo tempo rude, fez do chalé um tipo particularmente recomendável para *cottages*, uma espécie de pequena habitação campestre, cheia de agradável simplicidade. No Brasil, por um desconhecimento das convenções eruditas do Ecletismo, pelo qual deve ser responsabilizada talvez sua grande popularidade, o chalé perdeu o sentido das conveniências, passando a cobertura de duas águas, bordejadas de lambrequins, a adornar até mesmo edifícios comerciais do centro das cidades, inclusive da própria Corte. Diante de tamanha impropriedade tipológica, foi necessário restringir a construção de novos chalés, o que em São Paulo sucedeu a partir do padrão edilício posto em vigor em fevereiro de 1889. Aos poucos, o ingênuo escapismo representado por esse tipo de construção passou a ser tido como uma forma declarada de mau gosto, e os chalés, florescentes nos anos de 1870 e 1880, foram desaparecendo com o tempo, demolidos ou reformados.

Por volta de 1882, Junius (DINIZ, 1978, p.35) em visita à capital relatava tê-los visto, já bastante numerosos, no Chá, nos Campos Elísios e na Estrada do Vergueiro. Deve muito bem tê-los avistado também na região da Luz, pois D. Veridiana Prado, ilustre dama paulista, já separada do marido (1877), morava nesse tempo num dos chalés do bairro (PRADO, 1951, p. 50).

Identificamos dois chalés localizados na região da Luz. Um pertencente ao então Conde de Três Rios, erguido na Rua Alegre, esquina da Travessa do Barão de Piracicaba (Rua Brigadeiro Tobias esquina da Avenida Senador Queirós), e outro de propriedade de um dos filhos do 1º Barão de Piracicaba, Diogo Antônio de Barros, dono da primeira fábrica de tecidos de algodão, inaugurada na Rua Florêncio da Abreu em 1874.

O do Conde de Três Rios, cujo pedido de alinhamento remonta a 1880¹¹, consistia num sobrado de esquina muito atraente, sem dúvida uma residência de aluguel destinada a “famílias de tratamento” (Figura 14). Aliava elementos arquitetônicos renascentistas – com destaque para a vistosa bossagem com feitiço de pedras preciosas lapidadas à maneira florentina ou lombarda – com os detalhes peculiares dos chalés: empena frontal, lambrequins e demais ornatos rendilhados de cobertura e, ainda, sacada corrida de madeira, único caso em que seria lícito se servir desse material para a construção de balcões, conforme o último padrão edilício paulistano do tempo do Império, datado de 1889 (CAMPOS, 1997, v. 4, p. 723) . Essa mesma residência, que pertenceu posteriormente a Antônio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal, acabou despojada dos elementos que a caracterizavam como chalé, o que pode ter advindo da crítica a que tal tipologia arquitetônica foi submetida a partir de fins do século XIX (Figura 15).

Na foto em que Militão de Azevedo fixou a perspectiva da Rua Florêncio de Abreu em direção à Luz, em 1887, podemos entrever, ao fundo, à direita, a parte superior do chalé onde morou, nas vizinhanças de sua fábrica de tecidos, outro burguês amante do progresso técnico, Diogo Antônio de Barros (Figura 16). Construída em terras do falecido 1º Barão de Piracicaba, pai do proprietário, a casa parece ter possuído quatro fachadas simétricas com empenas lambrequinadas, enquanto sua projeção horizontal, visível na planta de 1881,



Figura 14 – Vista da Rua Brigadeiro Tobias. À esquerda, chalé de propriedade do então Conde de Três Rios, em construção entre os anos de 1880 e 1881, conforme documentação do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. A autoria dessa construção talvez possa ser atribuída ao empreiteiro italiano Giacomo Gandino, que, alguns anos depois, trabalhava para o conde, tal como prova a mesma documentação. Fotografia de Militão de Azevedo, 1887. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de Sérgio Burgi.



12. Id., folha 243v,
(AHMWL).

13. EDIFICAÇÕES, v. 23,
(AHMUL).

Figura 15 – Residência de Antônio Carlos de Arruda Botelho, c. década de 1940. Essa foto, tirada por ocasião da demolição da antiga casa do Conde do Pinhal na década de 1940, talvez demonstre que muitas das moradias que os fazendeiros do interior mantinham na Capital a partir dos anos de 1870 se distinguiam mais pela proeminente posição social e econômica do proprietário do que propriamente pela relevância arquitetônica do imóvel. Situado na esquina da Rua Brigadeiro Tobias com a então Rua Senador Queirós, num trecho alargado durante a gestão do Prefeito Prestes Maia (1938-1945), o sobrado do Conde do Pinhal era o mesmo que antes apresentava feição de chalé na fotografia anterior, realizada por Militão de Azevedo de 1887. Fotografia anônima, s.d. Eugênio Egas. *Vida e obra de Dr. Carlos José Botelho*. Acervo da Fazenda Pinhal, São Carlos.

aproximava-se da forma de um quadrado. A autoria desse projeto talvez possa ser atribuída ao engenheiro Mateus Häussler, profissional ao qual voltaremos em seguida, pois sabemos que esse engenheiro seria contratado no ano seguinte por Diogo de Barros para construir num terreno de sua propriedade, situado na Rua 25 de Março (CAMPOS, 1992, p. 76).

Outro conspícuo membro integrante da extensíssima família Barros, chamava-se Rafael de Aguiar Pais de Barros, filho do 1º Barão de Itu e irmão do marquês desse título. Por parte de pai, era sobrinho do 1º Barão de Piracicaba, e, por parte de mãe, sobrinho do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Anglófilo e cheio de pretensões mundanas, fundou o que seria mais tarde o Jockey Club de São Paulo e foi seu primeiro presidente. Homem de muitos haveres, animou-se em mandar construir, no início de 1885, uma residência apalacetada para seu próprio uso, na Rua Brigadeiro Tobias, antiga Alegre¹². Dada a alta erudição formal do edifício, somos levados a atribuir a autoria do projeto ao engenheiro Mateus Häussler, que trabalhara anos antes para Diogo de Barros, primo do encomendante. A nosso ver essa atribuição acha-se fundamentada em sólidos indícios, já que, conforme comprova a documentação depositada no Arquivo Histórico Municipal¹³, um pouco mais tarde, naquele mesmo ano de 1885,



Figura 16 – Perspectiva da Rua Florêncio de Abreu. À direita da foto, vê-se parte do chalé de Diogo de Barros, construído em terras que haviam sido de seu pai, o 1º Barão de Piracicaba. A autoria do projeto talvez seja de Mateus Häussler, já que pouco depois construiu para Diogo de Barros na Rua 25 de Março. Fotografia de Militão de Azevedo (detalhe), 1887. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de José Rosael.

Häussler estaria projetando e construindo ao menos dois prédios de rendimento para Rafael Aguiar Pais de Barros.

A casa em questão destacava-se das demais localizadas nas redondezas, principalmente, pela placidez algo palladiana que a envolvia. Engenheiro diplomado de origem alemã, Häussler dispunha de efetivo e reconhecido talento (CAMPOS, 1997, v.1, p.163, nota n.227). Não foi à toa que Yan de Almeida Prado (1929) ficou impressionado com esse exemplar, mesmo sem conhecer o nome de seu autor (Figura 17). Com configuração prismática bem definida, atenuada por uma modenatura de sabor renascentista, pórtico fronteiro ressaltado com altas colunas jônicas de mármore branco, inteiriças, informa-nos Yan (1929), e figuras feminis sobre a platibanda, em posturas um tanto rígidas, essa casa exalava com certeza um ar de elegante erudição. Um edifício, enfim, à altura de nele ter funcionado o Tribunal de Justiça do Estado de 1915 a 1932. Internamente, ao que parece, também apresentava novidades, pois deve ter sido um dos primeiros edifícios residenciais paulistanos a abandonar o conceito de “andar nobre” (CAMPOS, 1995, p. 89-103).

Mas não só os imensamente ricos mandavam construir edifícios residenciais dignos de nota na Rua Florêncio de Abreu ou na Rua Brigadeiro Tobias. Exemplo eloqüente desse fato é o sobrado ainda existente que um antigo mestre-de-obras da ferrovia inglesa construiu para si a partir de 1881 (a fachada traz a data de 1884). Em avançado estado de degradação, a edificação é hoje conhecida como *Casa de D. Marieta*, outra moradora do imóvel, mas na



Figura 17 – Casa de Rafael Aguiar Pais de Barros (construção: 1885 - c.1887). Segundo o inventário do proprietário (1889), nesta luxuosa casa de chácara já não existia “andar nobre”. No andar de baixo, viam-se vestíbulo, escritório, sala nobre, sala de música e trabalhos manuais e sala de jantar. No pavimento superior, omitido no inventário, concentravam-se, sem dúvida, os aposentos familiares, nos quais se acomodavam a viúva e 12 de seus filhos. Na parte posterior, em longo corpo anexo de um só pavimento, instalavam-se certamente a copa (citada no inventário), a cozinha e os demais serviços. Fotografia de Axel Frick, c. 1895. (KOENIGSWALD, 1895). Acervo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

verdade, conforme descobrimos, foi erguida por Manuel Ferreira Leal, que a habitou durante alguns anos (CAMPOS, 1992, p. 45-58).

Em meados do século XX, as pesquisadoras italianas Salmoni e Debenedetti (1981, p.171-172) depararam-se com letras iniciais gravadas na fachada dessa casa e nas de muitas outras situadas nas Ruas Florêncio de Abreu e Brigadeiro Tobias. Iniciais que decifraram de forma equivocada como MFI no lugar de MFL. Compreendidas desta última forma, concluímos que: 1) Manuel Ferreira Leal muito edificou na região que nos ocupa; 2) que os imóveis identificados pelas iniciais eram de sua propriedade; 3) que Manuel, português (CAMPOS, 1992, p.51), adotava em suas construções, de maneira corrente, o Classicismo eclético em moda naqueles dias, linguagem equivocadamente interpretada pelas pesquisadoras italianas como prova incontestável da presença de *capomastri* nas construções paulistanas.

Com efeito, nos meados da década de 1880, já estava definitivamente encerrado o ciclo de transição estilística para o Ecletismo na arquitetura da cidade. As fachadas da maioria das construções apresentavam agora elementos tirados tanto da Alta Renascença quanto do Barroco italiano. Em geral, frontões

triangulares, curvos e interrompidos se alternavam nos coroamentos dos vãos. Os altos das construções mostravam-se ritmicamente pontuados com estátuas ou vastas urnas de cimento. E balaústres desse mesmo material compunham, invariavelmente, platibandas e guarda-corpos de balcões, enquanto as paredes ganhavam acentuados contrastes de luz e sombra por meio de bossagens. Podemos afirmar com segurança que, por essa época, as edificações da cidade já estavam perfeitamente internacionalizadas, quase todas seguindo a mesma linguagem de arquitetura, e isso transparecia na casa de Manuel Ferreira Leal¹⁴, tanto em seu aspecto externo como no interno (Figura 18). Sobrado de características plenamente urbanas, nele havia porão habitável, recuo unilateral com varanda sustentada por suportes metálicos e salas de recepção no pavimento inferior, contrariando a antiga tradição lusa de manter as peças de representação sempre no pavimento superior (andar nobre). Em velhas fotos vêem-se à direita da construção duas residências geminadas, que dispunham na cobertura de mirantes com telhado em forma de chalé. Esses prédios também pertenciam a Manuel Ferreira Leal e, como é óbvio, haviam sido projetados e construídos por ele. Formalmente vinculavam-se a um tipo de construção até hoje muito comum nas Ilhas dos Açores, onde toma o nome de “casa com torre”. Seria, por isso, muito oportuno investigar se os mestres portugueses em atividade em São Paulo no fim do período imperial tinham origem açoriana ou se, ao menos, mantinham algum laço cultural com o mencionado arquipélago.

Ramos de Azevedo e a consolidação das moradias de elite

Concluindo o presente artigo, dedicado a recuperar a história de algumas antigas residências de elite que um dia conferiram encanto, distinção social e modernidade à Luz, lançaremos um rápido olhar sobre a produção do então jovem arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo localizada nessa região da capital paulista. Proveniente de Campinas, Ramos chegou a São Paulo em 1886; logo conquistou ampla clientela, formada em grande parte por abastados moradores da região que estamos examinando.

O mais antigo pedido de alinhamento feito pelo arquiteto e localizado por nós, datado de dezembro de 1886, é o relativo a uma edificação que seria erguida na Rua do Bom Retiro (atual Avenida Couto de Magalhães), no então bairro da Luz. Talvez se referisse esse pedido à construção da própria moradia, sem dúvida a primeira que possuiu em São Paulo, pois pelo almanaque de 1890 sabemos que habitava nessa rua, no n.26, telefone 100 (CAMPOS, 1997, v. 4, p. 754, nota 105).

Em diferentes livros de registros camarários, hoje depositados no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, concernentes ao curto espaço de três anos (1886-1889), encontramos nada menos do que 18 referências a solicitações de alinhamento ou a autos de alinhamento relativos à construção de edifícios em nome de Ramos de Azevedo. Para ter-se uma idéia do que isso



Figura 18 – Detalhe de vista da Rua Florêncio de Abreu datada do início do século XX. Vê-se à direita a casa do português Manuel Ferreira Leal, que teve auto de alinhamento lançado em 1881 e está datada de 1884 na fachada. As casas geminadas e assobradadas (isto é, de um só pavimento sobre porão, como eram então chamadas), vistas ao fundo, com mirantes em forma de chalé, pertenciam ao mesmo proprietário, Manuel Ferreira Leal, conforme documentação do AHMWL, e parecem traír a influência da “casa com torre” da arquitetura oitocentista açoriana. A edificação ainda existe e está localizada no atual número 111. Fotografia anônima (detalhe). *São Paulo antigo e São Paulo moderno. 1554-1904*. Acervo da Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP. Reprodução de José Rosael.

significa, comparemos a sua produção com a de Häussler, que era talvez um dos engenheiros mais ativos do período. Num lapso de sete anos (1882-1889), foram localizados apenas 16 referências a autos de alinhamento ou a pedidos de alinhamento feitos em nome desse engenheiro alemão, sendo dois deles, não atinamos a razão, relativos ao mesmo imóvel (nesse cômputo não incluímos a referência à casa de Rafael Aguiar Pais de Barros, pelo fato de nela não constar o nome do profissional). Isso nos permite concluir que em três anos, Ramos de Azevedo projetou mais intensamente do que os outros arquitetos radicados na cidade, pois não podemos admitir que o acaso haja sido mais generoso com ele, na preservação dos documentos a ele relacionados, do que com os demais profissionais diplomados ativos no período. Essa dedução, aliás, é confirmada pelo fato de Ramos de Azevedo ter sido cumprimentado no seu aniversário transcorrido em dezembro de 1890 por mais de 500 (sic) operários, então sob sua direção (LEMOS, 1993, p.27). A intensa atividade profissional do arquiteto resultava, sem dúvida, da grande admiração que soube granjear entre camadas mais altas da sociedade paulistana, mas também pode ser explicada pelas peculiares circunstâncias de época, já que à Proclamação da República se seguiram os frenéticos dias de um movimento de especulação bolsista denominado Encilhamento, em que o dinheiro corria fácil como “uma espécie de água” (SOUSA, 1946, p.53-65).

Todos os 18 pedidos localizados referem-se, ao que se supõe, à construção de moradias, isoladas ou em grupos. Só um faz menção a prédio, supostamente de uso misto, e dois deles são pedidos de alinhamento para a construção de gradil, o que é indício de que os edifícios construídos, certamente de uso residencial, estavam isolados no interior dos lotes, conforme se deduz a partir dos procedimentos administrativos adotados pela Câmara nesse tempo.

A localização de todas as edificações envolvidas se restringia aos novos bairros predominantemente residenciais então em expansão pertencentes ao distrito de Santa Ifigênia. Dos seus clientes eram explicitamente citados: João de Paula Sousa, Angelina Queirós, João Vieira Barbosa, Joaquim José Vieira de Carvalho, Argentina Queirós e José de Vasconcelos de Almeida Prado.

Vemos assim que a arquitetura doméstica parece ter dominado a produção azevediana na São Paulo dos últimos dias imperiais, constituída tanto de residências finas para a morada das elites quanto de grupos de casas de aluguel que serviam de rendimento às mesmas camadas superiores. Neste último caso se encaixam, por exemplo, o conjunto que Ramos de Azevedo pretendia edificar para o Dr. João de Paula Sousa na Rua da Estação (Rua Mauá), na Luz portanto, e três casas a serem erguidas na Rua Timbiras.

Dos clientes acima citados, ao menos um, o ituano José de Vasconcelos de Almeida Prado, mandou construir seu palacete na região da cidade que nos interessa. Tendo adquirido a antiga chácara de Neves de Carvalho, Almeida Prado escolheu como local para a sua futura casa a parte da propriedade que lhe pareceu mais elegante, na esquina da Rua Brigadeiro Tobias com a futura Rua da Beneficência Portuguesa, a poucos metros do hospital dessa instituição. A casa ainda existe e – o que é importantíssimo –, embora tenha perdido os

jardins originais, ocupados por construções espúrias, conserva-se praticamente intacta tanto externa quanto internamente (Figura 19). Num de seus artigos, Yan (PRADO, 1951, p.50) chegou a afirmar que o palacete de Almeida Prado foi “a primeira realização de vulto” do prestigioso arquiteto na capital paulista. Além dos inegáveis méritos arquitetônicos, a construção apresenta ainda outro, para o qual nenhum pesquisador ou preservacionista cultural até hoje atentou: trata-se do mais antigo exemplar de arquitetura doméstica de autoria de Ramos de Azevedo ainda existente na cidade de São Paulo! E a isso devemos acrescentar que, devido ao fato de ter sido concebido nos últimos anos do Império, Ramos de Azevedo deve tê-lo projetado pessoalmente, coisa que no período republicano não mais devia acontecer, pois com o passar dos anos foi delegando a atividade projetual a colaboradores, preferindo manter-se no controle da parte comercial e administrativa de seu escritório.

Localizada na esquina da Rua Brigadeiro Tobias com a Rua Beneficência Portuguesa, o traçado da casa de José de Vasconcelos de Almeida Prado remonta ao ano de 1888, portanto, ainda ao período imperial¹⁵. Externamente, a construção conserva a conformação prismática tradicional, com



Figura 19 – Casa de José de Vasconcelos de Almeida Prado (construção: 1888 - c.1890). Em seu álbum de realizações editado em 1904, Ramos de Azevedo, de toda a sua produção datada do período imperial, só permitiu passar pelo rigoroso crivo de sua autocrítica as obras que projetou para o governo da Província e apenas dois palacetes particulares, o de José de Vasconcelos de Almeida Prado, visto acima, e o de Antônio Pais de Barros, ambos construídos aproximadamente durante o mesmo intervalo de anos, 1888-1890. A edificação ainda existe e está localizada na Rua Beneficência Portuguesa n. 29. Fotografia de Otto Rudolf Quaas, c.1900. (AZEVEDO, [1904]). Acervo da Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP. Reprodução de José Rosael.

15. Livro de lançamento dos autos de alinhamento, v. 481, folha 116, (AHMWL). À exceção da casa de José Vasconcelos de Almeida Prado e de Antônio Pais de Barros (que veremos mais adiante), Ramos de Azevedo não divulgou seus projetos residenciais construídos sob o Império no álbum editado por seu escritório em torno de 1904. Talvez isso se deva ao grande salto de requinte apresentado pelas realizações republicanas em relação às da época anterior, período cujas condições econômicas, financeiras, sociais e de cultura arquitetônica não permitiam construções de maior escala e riqueza. Assim, para evitar qualquer tipo de julgamento desfavorável à sua produção mais antiga, Ramos de Azevedo preferiu deixar cair no esquecimento seus primeiros projetos de residências e de edifícios comerciais.

as fachadas plasticamente reforçadas por meio de cunhais feitos de pedras de cantaria fingida. Na parte interna, porém, é o pequeno vestíbulo central que nos seduz de imediato. Iluminado por uma luz suave que vem do alto, o espaço encontra-se delimitado por duas ordens sobrepostas de arcadas, delineadas com proporções bastante equilibradas segundo rigorosos princípios clássicos.

Também dos derradeiros instantes do Império (c.1888/1889) data o plano que Ramos de Azevedo elaborou para um dos filhos do 1º Barão de Piracicaba, o Coronel Antônio Pais de Barros, casado com a prima Maria Pais de Barros. Filha do Comendador Sousa Barros, Maria faleceria com idade muito avançada e é hoje conhecida por ser autora de um saboroso, e ao mesmo tempo bastante relevante, livrinho de reminiscências oitocentistas intitulado *No tempo de dantes*. Da mesma forma que os demais descendentes diretos do barão, morto em 1876, Antônio havia recebido de herança um lote de grande testada na Rua Florêncio de Abreu, resultante do parcelamento da antiga chácara de Miguel Carlos.

Na documentação camarária por nós compulsada, topamos com o pedido de alinhamento de um gradil datado de 30 de novembro de 1889, referente ao n.136 da Rua Florêncio de Abreu¹⁶. Naquele tempo – depois confirmamos isso por meio das fichas do Fundo Aguirra –, era justamente esse o número do imóvel de Antônio Pais de Barros. Conforme os hábitos da época, em caso de construção de edifício residencial recuado da divisa frontal do lote – tipo de implantação que começava a ser adotado nas casas suburbanas dos mais abonados –, o alinhamento da respectiva testada poderia ser solicitado pelo interessado quando a edificação já se achava em estágio bastante adiantado ou mesmo pronta. O alinhamento da testada do terreno era então dado por funcionários da Câmara para que pudesse ser erguido o muro de fecho da propriedade (CAMPOS, 1997, v. 4, p. 755, nota 107).

Dado o aspecto externo do palacete, suspeitamos ter sido o projeto, tal como teria ocorrido com a casa de Almeida Prado, traçado pela mão do próprio Ramos de Azevedo. A composição serena e a estrita simetria da fachada, estilisticamente filiada à Renascença italiana, deixam esse exemplar totalmente deslocado, quando confrontado com os primeiros palacetes do início do período republicano, sobretudo com os construídos por intermédio do Banco União de São Paulo, instituição que tinha como diretor da carteira imobiliária o mesmo Ramos de Azevedo. A nosso ver, a partir de 1890, quem de fato projetava para o famoso arquiteto no escritório técnico do banco era um alemão recém-chegado chamado Maximilian Hehl, logo alçado à condição de colaborador no escritório particular de Ramos. Em total contraste com as suaves e tranqüilas linhas renascentistas preferidas pelo arquiteto paulista – e que dominavam suas obras datadas do período imperial, tanto por influência de seus estudos desenvolvidos na Bélgica quanto por uma questão de gosto pessoal –, observamos que os palacetes saídos das pranchetas do escritório técnico do Banco União eram o resultado, quase sempre, de uma sensibilidade diversa, de índole bastante romântica, e justamente por isso mais adaptada ao gosto recente do público internacional. Como procuramos demonstrar em nossa tese de doutorado, se

bem que por meio do estudo de um único caso – a residência Cândido de Morais, c.1892, sita na Rua José Getúlio, no então bairro da Liberdade (CAMPOS, 1997, v. 4, legenda das ilustrações 238 e 239) –, os palacetes republicanos atribuídos a Ramos de Azevedo consistiam, muitas vezes, em remanejamentos de projetos europeus publicados em revistas estrangeiras contemporâneas (e não inspirados somente nos antiquados álbuns de César Daly, de característico sabor francês, como tem freqüentemente repetido a historiografia recente).

Observando recuos, tanto frontal quanto laterais, ocupados por jardins, a casa de Antônio Pais de Barros conseguia conciliar adequadamente fausto, refinamento e discrição (Figura 20). O corpo principal do edifício, protegido por um telhado baixo de quatro águas, tinha a frontaria dividida verticalmente em três partes, como de costume nas composições classicizantes. Reentrante, a parte central abria-se em arcadas, em ambos os níveis, ao típico gosto italiano, enquanto os corpos laterais, maciços, estavam providos de salientes balcões de alvenaria, que acentuavam o avanço dessas partes da fachada. Uma platibanda, reta, lisa e corrida, encarregava-se de reforçar a horizontalidade italianizante da construção.



Figura 20 – Casa de Antônio Pais de Barros (construção: c.1888 - c.1890). É possível notar na foto acima, à direita, o gradil de ferro para o qual foi pedido alinhamento em novembro de 1889. Era um fechamento frontal parcial, pois na parte da testada correspondente à fachada principal da casa havia um muro de alvenaria, guarnecido com grossos pares de pilares a sustentar vastas urnas de cimento. Fotografia de Otto Rudolf Quaas, c.1900. (AZEVEDO, [1904]). Acervo da Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP. Reprodução de José Rosael.

Em seu álbum de realizações editado no princípio do século XX, Ramos de Azevedo ([1904]) fez acompanhar a esplendida imagem dessa residência de um aspecto da sala de jantar. E por esta última foto observa-se que o interior da casa era sombrio e grave, como todos os das ricas habitações contemporâneas (Figura 21). Pinturas parietais de inspiração rococó procuravam, contudo, atenuar a atmosfera soturna, enfatizada pelas portas envernizadas de madeira escura, pelas alcatifas de prováveis tons ricos e quentes e pelos móveis neomaneiristas então em uso.

A graciosa simplicidade da moradia de Antônio Pais de Barros fica ainda mais ressaltada ao se estabelecer a comparação entre essa edificação e o palacete vizinho, projetado para uma das irmãs de Antônio, a viúva do Marquês de Itu. Erguida no final da Rua Florêncio de Abreu, junto da linha férrea, a casa da marquesa era uma magnificente construção datada dos anos 90 do século XIX, com formas muito mais elaboradas que as das moradias projetadas na etapa anterior. De fato, as pomposas habitações burguesas da Primeira República primavam por exibir um repertório formal exótico, inspirado nos mais diferentes estilos históricos (incluindo orientalizantes) e pitorescos. Para compor as complexas

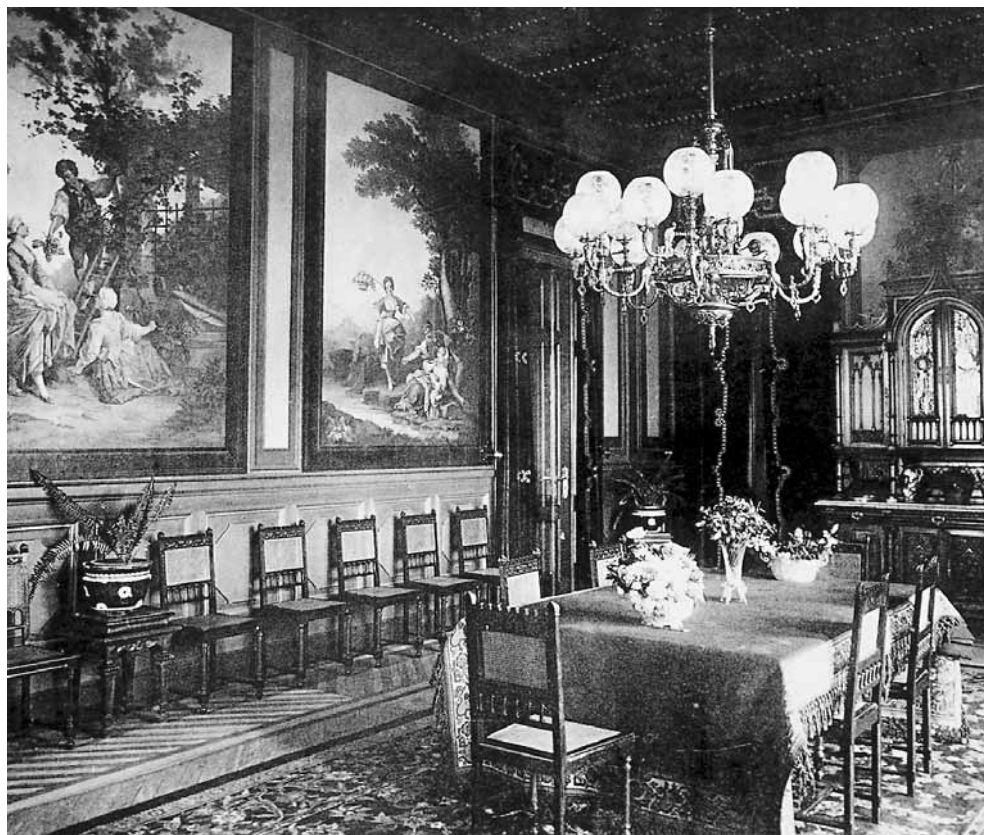


Figura 21 – Aspecto da sala de jantar da casa de Antônio Pais de Barros. Fotografia de Otto Rudolf Quaas, c.1900 (AZEVEDO, [1904]). Acervo da Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP. Reprodução de José Rosael.

e assimétricas volumetrias dessas construções, sempre associadas a plantas intrincadas – em geral ultracompartimentadas, cheias de ante-salas, corredores e peças de distribuição –, recorria-se ao uso simultâneo de uma ampla gama de elementos arquitetônicos das mais diferentes origens. E a isso se juntava a profusão ornamental, que tanto peso conferia à aparência das construções do pleno Eclétismo. Quase todas essas características podem ser identificadas, em maior ou menor grau, na casa da Marquesa de Itu (Figura 22), exemplar que conservava, porém, excepcionalmente, a rigorosa simetria da fachada principal, e cujo pórtico central, de corpo arredondado e saliente, estava coroado com uma grande cúpula de perfil bulboso. Enquanto a casa de Antônio exalava sobriedade e equilíbrio de proporções, o palacete da marquesa alardeava, na verdade, uma monumentalidade quase insolente.

Mais duas residências sitas na Rua Florêncio de Abreu seriam construídas para a família do falecido 1º Barão de Piracicaba. Trata-se das casas de esquina erguidas na embocadura da atual Rua Paula Sousa, com projetos atribuídos a Ramos de Azevedo, ambas ainda existentes embora bastante descaracterizadas. Pela leitura das primeiras *Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Paulo*,



Figura 22 – Casa da Marquesa de Itu (construção: década de 1890).
Fotografia de Otto Rudolf Quaas, c.1900 (AZEVEDO, [1904]. Acervo da
Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP. Reprodução de José Rosael.

17. *Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Paulo*, 1890, p.53, 54 e 90.

18. Livro de lançamento dos autos de alinhamento, v. 482, folha 27, (AHMWL).

relativas ao período da Intendência¹⁷, tomamos conhecimento de que essa via foi aberta em 1890, com o propósito de pôr em contato a Estação da Luz com o Pari, onde se construíam os novos galpões da ferrovia inglesa. Para a abertura dela foi necessário proceder-se à desapropriação e demolição da centenária casa de chácara em que o 1º Barão de Piracicaba viveu seus últimos dias. Após a morte do barão, o trecho da chácara onde se levantava a casa havia sido herdado por uma de suas descendentes. Viúva do Conselheiro Paula Sousa, Maria Rafaela tinha dois filhos: o renomado engenheiro Antônio Francisco de Paula Sousa, fundador da Escola Politécnica, e a filha a quem dera o seu próprio nome, Maria Rafaela, casada com o primo Fernando Pais de Barros.

Uma vez aberta a rua, iniciaram-se os planos das novas residências. Na esquina da Rua Florêncio de Abreu com Paula Sousa, vê-se ainda hoje, à esquerda do observador, o palacete que foi do engenheiro Paula Sousa (Figura 23), atualmente preservado por lei de zoneamento (Z8 200-036). Sua construção deu-se por intermédio do Banco União, e o respectivo auto de alinhamento foi lançado em livro apropriado em maio de 1891, conforme assentamentos da administração municipal¹⁸. À direita, temos os remanescentes da casa da mãe do engenheiro. Em relação a esta última edificação não encontramos nenhum documento camarário que permita atribuir-lhe uma datação precisa; é-nos conhecida apenas uma referência feita a ela em auto de alinhamento datado



Figura 23 – Aspecto da Rua Florêncio de Abreu. À esquerda da foto, em primeiro plano, vê-se a casa do engenheiro Antônio Francisco de Paula Sousa; do mesmo lado, ao fundo, a casa de Fernando Pais de Barros, cunhado de Paula Sousa e genro de Maria Rafaela de Paula Sousa, filha do 1º Barão de Piracicaba. Ao lado direito, gradil da antiga casa do Barão de Tatuí, mais um membro da extensa família Barros, que aí morava desde 1882. As duas primeiras residências ainda existem, no cruzamento com a rua Paula Sousa. Fotografia de Guilherme Gaensly (detalhe), 1900. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus (DPH/SMC/PMSP), São Paulo.

de 1891 e expedido para edifício vizinho, documento que consigna estar naquela altura, em andamento as obras da casa de Maria Rafaela¹⁹. Não encontramos tampouco comprovação de que essa moradia haja sido erguida pelo Banco União, tal como aconteceu com a do filho, engenheiro Paula Sousa. Uma bela imagem de seu exterior figura, contudo, no álbum de realizações do escritório Ramos de Azevedo, editado em 1904 (Figura 24). Com falecimento da proprietária em 1895, a morada que mandara erguer seria herdada pela filha e pelo genro, o engenheiro Fernando Pais de Barros. E isso acabou por confundir Yan de Almeida Prado (1929), que atribuiu a Fernando a propriedade da casa vizinha à de Antônio Pais de Barros, de fato pertencente ao cunhado Paula Sousa.

Mesmo sem acompanhar em tamanho e em luxo as mansões de Antônio Pais de Barros e da Marquesa de Itu, nesses dois ricos sobrados foi observado o excelente padrão construtivo comumente empregado nas habitações destinadas à elite paulistana. Edificados junto dos alinhamentos das ruas, tinham

19. Livro de lançamento dos autos de alinhamento, v. 482, folha 72v, (AHMWL).



Figura 24 – Casa de Maria Rafaela de Paula Sousa (construção: c.1891 - c.1893), depois herdada por sua filha e genro. Fotografia atribuída a Otto Rudolf Quaas, c. 1900. Coleção Escritório Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP. Reprodução de José Rosael.

suas portas principais localizadas nas fachadas voltadas para o recuo lateral. Um tipo de implantação, como vimos, oriundo da época das antigas chácaras luso-brasileiras e que agora era regularmente observado pelas construções burguesas situadas nos bairros residenciais mais afastados do Centro. Como diferencial, a casa da viúva Paula Sousa exibia um torreão arredondado na esquina, coroado de uma alta cobertura de formato tronco cônico. Constituído por telhas de ardósia seguramente importadas, o pitoresco telhado há muito desapareceu. Em seu cume alçava-se uma frágil e elaborada grimpá onde, salvo engano, podemos adivinhar por meio de antiga foto a data de 1892.

○ êxodo das elites

De acordo com nosso entendimento, foi durante os últimos anos do oitocentismo que a área ocupada pelo clã Barros nas proximidades da Luz atingiu o nível máximo de seu prestígio. A partir de então teve início uma fase declinante como área residencial das elites locais, que se prolonga até nossos dias, motivada em origem, certamente, pela intensificação da atividade ferroviária, que aos poucos foi mostrando quantos transtornos podia causar à vida pacata dos habitantes locais, em termos de ruídos, odores e geração de tráfego. Muito provavelmente, a escalada dos problemas acompanhou mais ou menos o crescimento do edifício da estação. Inaugurada em 1867, como uma pequena construção térrea, a estação adquiriu a forma de um sobrado de singelas linhas neoclássicas em 1880, até transformar-se 20 anos depois no vasto e imponente edifício que vemos hoje, infelizmente atingido por um incêndio em 1946. Logo os problemas gerados pela intensificação do tráfego ferroviário iriam provocar uma verdadeira diáspora dos membros das camadas superiores, que começaram a se transferir para outros bairros de classe alta, bem mais tranqüilos, que se constituíam nos Campos Elísios, em Higienópolis, em torno da Avenida Paulista e até, durante a derradeira década do século XIX, na Liberdade, para onde se mudou Ramos de Azevedo em 1892.

Na virada do século XX, o carioca Alfredo Moreira Pinto (1900, *passim*), visitando a capital paulista, extasiou-se com o Boulevard Burchard, nome sob o qual era então conhecido o bairro de Higienópolis. A atenção do visitante foi atraída não só pela localização privilegiada do bairro, assentado numa encosta a certa distância da cidade, circundada de abundante vegetação, mas também por seu arruamento regular, pela densa arborização das ruas e pelas belas e luxuosas casas que estavam sendo levantadas – todas isoladas no meio dos lotes, conforme o tipo mais recente de implantação. Com relação à novíssima Avenida Paulista, Moreira Pinto não deixou também de expressar expectativas muito positivas. E ao se referir aos Campos Elísios, fez questão de mencionar as moradias das personalidades mais destacadas da época que habitavam em cada uma das principais ruas do bairro. Quanto à Rua Florêncio de Abreu, citou somente “o belo prédio do Marques de Itu” (*sic*), e, ao aludir à

Rua Brigadeiro Tobias, enumerou umas poucas residências dessa via: a do “finado Rafael Tobias” (certamente se referia ao finado Rafael Aguiar Pais de Barros; a menos que se tratasse da velhíssima casa do Coronel Neves de Carvalho, que depois veio a pertencer ao Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, o que não nos parece provável); a do Barão de Piracicaba, o segundo desse título (Rafael Tobias de Barros); a do Conde do Pinhal; a do Dr. Carlos Botelho e a de Leite Penteadado (Figura 25). Este último era um dinâmico industrial e grande proprietário de imóveis em São Paulo chamado Antônio Álvares Leite Penteadado. Em breve decidiria esse senhor mudar-se para Higienópolis, onde viveria a partir de 1902 na magnífica e ultramoderna *villa* em estilo Secessão Vienense, denominada Vila Penteadado, hoje sede do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Fora precedido, porém, quase 20 anos antes por D. Veridiana Prado, que se transferira por volta de 1884 de seu chalé na Luz para a imponente Vila Maria, a primeira *villa* suburbana paulistana autêntica, projetada na França e erguida nos altos de Santa Cecília, atual bairro de Higienópolis (HOMEM, 1996, p.97-111). Dizem que foi graças à presença de tão influente senhora nas imediações que o bairro de Higienópolis conseguiu prosperar tão rapidamente.

Percebe-se desse modo, com clareza, que a região próxima da Estação da Luz começava a ser preterida pelos muito ricos, principalmente em favor de áreas situadas na zona sudoeste da cidade. Mas, mesmo assim, os arredores da Luz não chegaram a ser esquecidos por Guilherme Gaensly, que, por essa



Figura 25 – Casa de Antônio Álvares Leite Penteadado. Fotografia anônima (PRADO, 1929). Acervo da Biblioteca da FAU/USP. Reprodução de José Rosael.

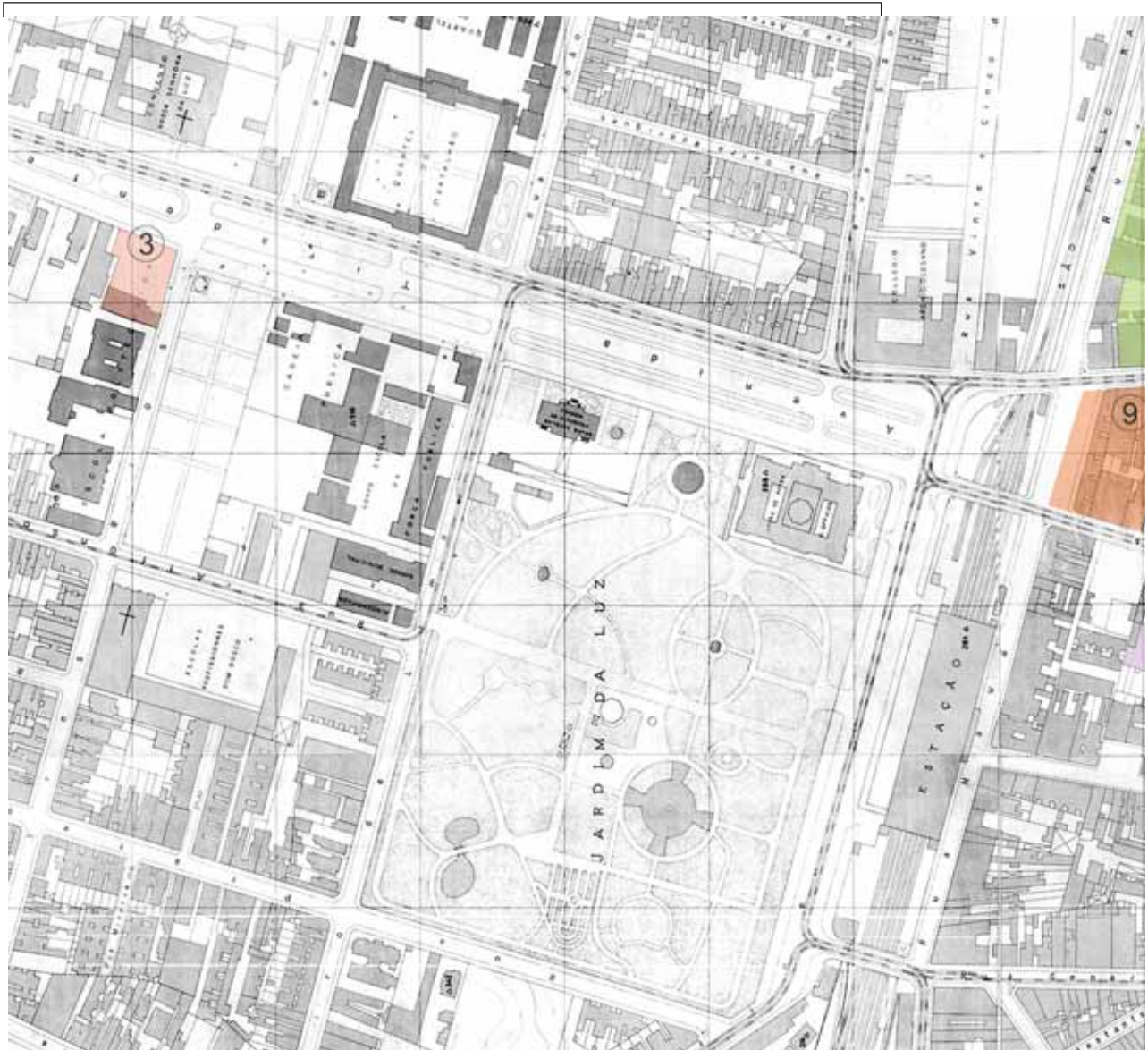
época (c.1900), decidiu registrar imagens de diferentes pontos da capital paulista (KOSSOY, 1988, p. 53/65).

Na foto que tirou da Rua Florêncio de Abreu (Figura 23), vemos, à esquerda, em primeiro plano, a casa do engenheiro Paula Sousa, depois alugada ao futuro prefeito da capital Washington Luís, genro do 2º Barão de Piracicaba, e, do mesmo lado, ao fundo, a residência herdada pelo cunhado de Paula Sousa, Fernando Pais de Barros. Do lado direito, por sua vez, é possível discernir um longo trecho do gradil da casa do Barão de Tatuí (Francisco Xavier Pais de Barros, sobrinho do 1º Barão de Piracicaba), mais um Pais de Barros, que em 1882 morava no imóvel da esquina da Rua Florêncio de Abreu com Rua Episcopal, atual Washington Luís, de cuja casa, até o momento, não se conhecem outras reproduções fotográficas afora seu gradil. Essa propriedade confinava, na parte posterior, com o fundo do velho sobrado neoclássico de José Maria Gavião Peixoto, então habitado por um dos filhos do Brigadeiro Tobias, Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, genro do 1º Barão de Piracicaba, e onde morou depois D. Cândida de Campos Barros, tia do Coronel Joaquim da Cunha Bueno, ao qual faremos menção mais adiante.

Na imagem que Gaensly registrou da Avenida Tiradentes (Figura 26), constatamos que, no alvorecer do século XX, o velho caminho de ar rural se havia transformado numa bela avenida, larga e arborizada, ladeada de casas confortáveis e muito bem cuidadas. Vendido o solar neoclássico em 1877 para o Barão de Três Rios, que acabava de chegar de Campinas, mudara-se Fidélis Prates para a casa contígua, na antiga Rua do Comércio da Luz, n.3. Quanto ao amplo sobrado azulejado, depois de ter abrigado atividades pouco



Figura 26 – Aspecto da Avenida Tiradentes, vendo-se ao centro a antiga residência de Fidélis Nepomuceno Prates. Fotografia de Guilherme Gaensly, 1900. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus (DPH/SMC/PMSP), São Paulo.



- | | |
|---|---|
| 1. Casa de Miguel Carlos Aires de Carvalho, c.1784. | 6. Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa, 1873-1876. |
| 2. Casa da Luís Antônio Neves de Carvalho, c.1798. | 7. Casa de Rafael Tobias de Aguiar, 1875 -c.1877. |
| 3. Casa de Fidélis Nepomuceno Prates, 1857 -c.1862. | 8. Segunda casa de José Maria Gavião Peixoto, 1876-1877. |
| 4. Primeira casa de José Maria Gavião Peixoto, 1858-1860. | 9. Casa de Bernardo Avelino Gavião Peixoto, 1875? |
| 5. Casa da Camilo Gavião Peixoto, c.1859. | 10. Chalé do Conde de Três Rios (casa de aluguel), 1881-1882. |

Figura 27 – Composição de detalhes do Mappa Topographico do Municipio de São Paulo, realizado em 1930 por SARA/Brasil S. A., escala 1: 1000, vôo aerofotogramétrico de 1929, mostrando a localização dos vários palacetes citados no presente artigo. Na maioria dos casos, os limites originais das propriedades já haviam sido reduzidos em função do progressivo adensamento da região e do conseqüente parcelamento das grandes extensões de terra. Algumas residências já nem sequer existiam mais, tendo sido localizadas de modo aproximado. Autoria: Eudes Campos; editoração eletrônica: Ana Carla Luiz.

condizentes após a morte de seu segundo proprietário, passou a sediar em 1894 a Escola Politécnica, então recém-criada. Muito atingido pelos bombardeios efetuados durante a Revolução de 1924, o prédio acabou demolido e substituído pelo que atualmente se vê.

Em nossa opinião, o prenúncio da fase declinante do bairro, a que nos referimos acima, é exemplarmente simbolizado pelas dificuldades econômicas enfrentadas por Antônio Pais de Barros, dificuldades crescentes que o arrastaram à bancarrota e à perda total dos bens. Desde os primeiros anos do século passado, a bela residência neo-renascentista que lhe pertencera encontrava-se nas mãos de um importante e abastado fazendeiro de café em Cravinhos, o Coronel Joaquim da Cunha Bueno (CAMPOS, 1997 v. 4, p. 755, nota 107). Anos depois (1913), seria a vez da casa de Bernardo Avelino ser demolida para permitir o alargamento da Rua Mauá. O mesmo ocorrendo, mais tarde, com a suntuosa mansão da Marquesa de Itu (morta em 1917), derrubada para dar lugar a construções térreas, de natureza comercial, como podemos constatar em foto da década de 30 do século passado publicada no álbum comparativo *São Paulo antigo, São Paulo moderno* (1953). Cabe ainda acrescentar em relação a essa mansão, que a marquesa, por não ter filhos, criara uma sobrinha de nome Elisa, fruto do casamento de Ana, sua cunhada, com o Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, seu primo (MOTTA, 1992, p.29). Elisa casou-se em 1900 com o engenheiro Eduardo Aguiar de Andrada e foi ele quem projetou e construiu no fundo do terreno da casa da marquesa a curiosa vila Jardim Marquesa de Itu, até hoje existente (Z8 200 – 014). Um evocativo conjunto de casas geminadas, construídas entre 1914 e 1919, habitadas a princípio, dizem, por funcionários da ferrovia inglesa.

Quando Yan de Almeida Prado resolveu – de modo pioneiro – recuperar a memória de alguns palacetes ligados ao desenvolvimento da arquitetura paulistana ao longo do último quartel do século XIX, num artigo publicado em número especial da revista carioca *Ilustração Brasileira*, de 1929, a Luz e suas cercanias nada mais representavam em termos de distinção social. Desaparecidos os seus antigos donos, os velhos casarões sobreviventes não eram senão vestígios sombrios de um passado faustoso que já ia longe.

O quase total desaparecimento das residências abordadas acima pode, assim, ser considerado um exemplo importante de um vasto processo de demolição que marcaria a cidade de São Paulo ao longo do século XX. Muitas áreas residenciais elegantes da cidade como Campos Elísios, Higienópolis e a Avenida Paulista foram, como a região da Luz, vítimas de destruição radical, que arrasou a quase totalidade dos primeiros palacetes paulistanos, uma violência análoga a que se abateu também sobre os bairros mais antigos destinados às camadas médias e populares.

O lucro com o parcelamento de lotes, a verticalização e as reformas radicais são os fatores mais lembrados quando se tenta compreender a onda destruidora por meio de uma justificativa econômica. Mas não se deve obliterar que os preconceitos em relação às expressões arquitetônicas neoclássicas e ecléticas, rotuladas de cópias sem especificidade ou de valor irrelevante ao longo de quase

todo o século XX, foram argumentos que fragilizaram por décadas a percepção do relevo desse patrimônio arquitetônico da cidade, contextualizando-os historicamente. Compreender suas características plásticas, seus cânones e pressupostos projetuais são, portanto, desafios importantes aos pesquisadores que queiram compreender a importância de expressões arquitetônicas como as que foram objeto deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ACTAS DAS SESSÕES DA CAMARA MUNICIPAL (CONSELHO DE INTENDENCIA) DE SÃO PAULO. 1890. São Paulo: Typ. Spinola, Siqueira e Comp., 1905.

ALMANACH DA PROVINCIA DE S. PAULO PARA....1884. São Paulo: J. Seckler, 1883.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo/ Departamento de Cultura. 1914-1951. v.18, 20 e 67.

AZEVEDO, F. de P. R. de. Os edifícios da escola e suas dependências. In: *Anuario da Escola Polytechnica de S. Paulo para o anno de 1900. 1º anno*. São Paulo: Diario Official, 1900. p. 9-14.

_____. *Album de construcções*. São Paulo: Escritorio Technico do Engenheiro.F.P.Ramos d'Azevedo, [1904].

BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

CARTAS DE DATAS DE TERRA (1854 a 1858). São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1939. v.27.

CAMPOS, E. *Moradas burguesas da São Paulo imperial*. 1992. 108 f. Trabalho programado (Doutorado em Arquitetura), FAU/USP, São Paulo.

_____. Palacetes paulistanos: a evolução do ambiente doméstico sob o Império. *Historical Archeology in Latin America*, Columbia (SC), n.6, p.89-103, jan. 1995.

_____. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. 814 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU/USP, São Paulo. 4v.

_____. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império. In: PORTA, P. (org.). *História da cidade da São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.2. , p. 187-249.

DINIZ, F. de A. (Junius). *Notas de viagem*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

DOWNING, A. J. *The Architecture of the Country Houses*. New York: Dover, [1969].

FREITAS, A. A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

HOMEM, M. C. N. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JORGE, C. de A. *Luz, notícias e reflexões*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988.

KOENIGSWALD, G. *São Paulo*. São Paulo: s.n., 1895.

KOSSOY, B. *São Paulo, 1900 - imagens de Guilherme Gaensly*. São Paulo: Kosmos, 1988.

- LEME, L. G. da S. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat e Cia, 1903-1905. 9v.
- LEMOS, C. A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.
- MARQUES, M. E. de A. *Apontamentos históricos, geográficos, bibliográficos... da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp 1980. 2v. v.2.
- MARTINS, A. E. *São Paulo antigo (1554 a 1910)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- MENDES, R. São Paulo e suas imagens. *Cadernos de fotografia brasileira*, São Paulo, n.2 (São Paulo, 450 anos), p. 381-487, 2004.
- MESGRAVIS, L. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MOTTA, H. A. de L. e. *Uma menina paulista*. São Paulo: s.n., 1992.
- NOBRE, A. de G. *Esboço histórico da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, em São Paulo*. São Paulo: Cia. Paulistana de Papéis e Artes Gráficas, 1919. 2v. v.1.
- PINTO, A. M. *A cidade de São Paulo em 1900*. Rio de Janeiro: Nacional, 1900.
- PRADO, J. F. de A. (Yan de Almeida). S. Paulo antigo e sua arquitetura. *Ilustração brasileira*, Rio de Janeiro, anno X, n.109. s. p., set. 1929.
- _____. Arquitetos de São Paulo em 1880. *Habitat*, São Paulo, n.3, p.50-53, 1951.
- _____. Apontamentos para a história da arquitetura em São Paulo. *Depoimentos I*. São Paulo: GFAU, p. 11-26. 1960.
- SALMONI, A. e DEBENEDETTI, E. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- SANT'ANNA, N. *São Paulo histórico*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1944. 6v. v.1.
- SÃO PAULO ANTIGO, SÃO PAULO MODERNO. São Paulo: Melhoramentos, s. p. 1953.
- SÃO PAULO ANTIGO E SÃO PAULO MODERNO. 1554-1904. São Paulo: Vanorden, [1905].
- SÃO PAULO (CIDADE). COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO. *São Paulo antigo; plantas da cidade*. São Paulo, 1954. plantas n.1, 3 e 9.
- SOUSA, E. V. P. A Paulicéia há 60 anos. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v.111, p.53-65, 1946.
- FONTES NÃO IMPRESSAS / ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS, SÃO PAULO
- Administração Ademar de Barros; monumentos, casas-museu, solenidades, nov. /dez. 1958. fotos n.1-6.
- Edificações particulares. v. 18, 23 e 31.
- Livros de lançamento dos autos de alinhamento. v. 375, 376, 480, 481 e 482.
- Artigo apresentado em 03/2005. Aprovado em 05/2005.
- Annals of Museu Paulista. v. 13. n.1. Jan.- Jun. 2005.